



MEMORANDO

INE/WSA/570/2013

Fecha: 13 de diciembre de 2013

Para: Daniela Carrera Marquis
Representante, CSC/CBR

Henry A. Moreno
Jefe de División a.i., INE/WSA

De: Claudia Nery, Jefe de Equipo
WSA/CBR

Asunto: **BRASIL.** Programa Social y Ambiental de los Igarapés de Manaus (BR-L1164).
Informe de Terminación de Proyecto (PCR). Aprobación.

Proceso QRR

El Informe de Terminación de Proyecto (PCR) fue distribuido de manera virtual. El QRR solicitando comentarios fue enviado electrónicamente el 8 de noviembre, con vencimiento el 15 de noviembre de 2013. Los comentarios y las acciones acordadas han sido documentados en la Minuta adjunta.

Asuntos no resueltos No existen asuntos pendientes de resolver.

Siguiente Paso

Posterior a la aprobación del presente PCR, desde las oficinas de la Representación se enviará una carta a las Autoridades Nacionales/Organismo Ejecutor con la finalidad de solicitar su no objeción a la publicación del documento y sus anexos.

Documentos Incluidos

- Informe de Terminación de Proyecto (PCR)
- Anexo I - Evaluación del Prestatario
- Anexo II - Acta del Taller de Cierre
- Minuta de Revisión de Calidad y Riesgo QRR

Aprobado:

Daniela Carrera Marquis
Representante, CSC/CBR

Fecha: 13/12/2013

Henry A. Moreno
Jefe de División a.i., INE/WSA

Fecha: 13/12/2013



Relatório de Término de Projeto

PCR

Nome do Projeto: *Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM*

País: *Brasil*

Setor/Subsetor: *Água e Saneamento/Abastecimento de água*

Equipe de Projeto Original: *Fernando Bretas, Chefe da Equipe (INE/WSA); Aderbal Curvelo (CSC/CBR); Roberto Monteverde (CSC/CBR); Hugo Oliveira, Kléber Machado, e Yolanda Galaz (INE/WSA); Cynthia Colaiaacovo e Bernadete Buchsbaum (LEG/SGO); Marisa Teixeira, Nelson Simões, Vera Bazzanella (consultores).*

Número do Projeto: *BR-L1164*

Número de Empréstimo: *2006/OC-BR*

Data do CRG: *8 novembro 2013*

Data de Aprovação Final: *A ser marcada.*

Equipe PCR: *Autora Principal e Membros: Cláudia Regina Borges Nery, Consultor: Antônio Carlos Tatit Holtz, e Yolanda Galaz (INE/WSA)*

Acrônimos e Abreviações

AdA	Águas do Amazonas
AFEAM	Agência de Fomentos do Estado do Amazonas
ARSAM	Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas
CEF	Caixa Econômica Federal
BIEQ	Bacia do Igarapé Educandos/Quarenta
BISR	Bacia do Igarapé São Raimundo
COFLEX	Comissão de Financiamentos Externos do MPOG
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil
DAP	Disposição de Pagar
AAS	Avaliação Ambiental e Social ou Estratégia Ambiental e Social
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FMPES	Fundo de Apoio as Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas
GEA	Governo do Estado do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMPLURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
IMTT	Instituto Municipal de Trânsito e Transporte Urbano
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
ITEC	Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura do Estado do Amazonas
LP	Licença Prévia
LI	Licença de Instalação
MAECAM	Movimento de Apoio Estadual à Associações Comunitárias do Amazonas
MANAUSCULT	Fundação Municipal de Cultura e Artes
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCAO	Plano de Controle Ambiental de Obras
PDDR	Plano de Ação para a Reposição de Moradias, Reassentamento de Populações e Atividades Econômicas Instaladas, Requeridas para a Implantação do PROSAMIM
PER	Plano Específico de Reassentamento
PEAS	Programa de Educação Ambiental e Sanitária
POA	Plano Operativo Anual
PPC	Plano de Participação Comunitária
PRODAM	Processamento de Dados Amazonas S/A
PROSAMIM	Programa Social e Ambiental para os Igarapés de Manaus
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais do MPOG
SEJEL	Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer
SEMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SEMINF	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMULSP	Secretaria Municipal de Limpeza Urbana
SEMTRAD	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUBCOMADEC	Subcomando de Ações de Defesa Civil
SIGPRO	Sistema de Gerenciamento do PROSAMIM-
SRMM	Secretaria da região Metropolitana de Manaus
SPF	Secretaria de Estado de Política Fundiária
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUHAB	Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas
UGPI	Unidade de Gerenciamento do Programa Igarapés de Manaus
ZF	Zona Franca

Índice

I. Informação Básica	1
II. O Projeto	1
a. Contexto do Projeto	1
b. Descrição do Projeto.....	3
<i>i. Objetivo(s) de Desenvolvimento</i>	<i>3</i>
<i>ii. Componentes.....</i>	<i>3</i>
c. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável)	4
III. Resultados	4
a. Efeitos Diretos	4
b. Externalidades	5
c. Produtos	7
d. Custos do Projeto	9
IV. Implementação do Projeto	10
a. Análise de Fatores Críticos	10
b. Desenvolvimento do Mutuário/Agência Executora	11
c. Desenvolvimento do Banco	12
V. Sustentabilidade	12
a. Análise de Fatores Críticos	12
b. Riscos Potenciais.....	13
c. Capacidade Institucional.....	14
VI. Monitoramento e Avaliação	15
a. Informação sobre Resultados	15
b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post	15
VII. Lições Aprendidas	15

Anexos

[Ata do Seminário de Encerramento](#)

[Avaliação do Banco pelo Mutuário](#)

Enlaces

[Evolução do Orçamento e dos Investimentos](#)

[Marco Lógico](#)

[Arranjo Institucional e Estrutura do Programa](#)

I. Informação Básica

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US\$)

Nº PROJETO:	TÍTULO: Programa Social e Ambiental para os Igarapés de Manaus – PROSAMIM II						
Mutuário: Estado do Amazonas	Data da Aprovação pelo Diretório: 06/08/2008						
Agência Executora (AE): Estado do Amazonas	Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 10/11/2008						
através da Unidade de Gerenciamento do Programa	Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 03/04/2009						
Empréstimo:	Meses em Execução:						
Sector: Água e Esgoto Sanitário	* Desde a aprovação: 50,5						
Instrumento de Empréstimo: _Investimento	* Desde a efetividade do contrato: 47,5						
Projeto de Múltiplas Fases	Períodos de Desembolso						
	Data Original de Último Desembolso: 10/11/2013						
	Data Atual de Último Desembolso: 10/11/2013						
	Extensão Acumulada (Meses): 12						
	Extensão Especial (Meses): 0						
	Montante do Empréstimo(s)						
	* Montante Original: US\$154.000.000,00						
	* montante Atual: US\$154.000.000,00						
	* Pari Passu (se aplicável): 70						
	Desembolsos						
	* Montante atual: US\$147.674.282,51 (95,89%)						
	Custo total do projeto (estimativa original): US\$220.000.000,00						
	Redirecionamento						
	Tem este Projeto redirecionamento?						
	Fundos recebidos de outro Projeto []						
	Fundos mandados para outro Projeto []						
	N/A []						
	<table><thead><tr><th>Para/De Número do Projeto</th><th>Para Número do Sub empréstimo</th><th>Montante</th></tr></thead><tbody><tr><td></td><td></td><td></td></tr></tbody></table>	Para/De Número do Projeto	Para Número do Sub empréstimo	Montante			
Para/De Número do Projeto	Para Número do Sub empréstimo	Montante					
Investimento Combate a Pobreza (PTI): Sim	Em estado de "Alerta"						
Equidade Social (SEQ): Sim	Está o projeto "em alerta" no PAIS: Não						
Classificação Ambiental: B	Caso afirmativo, favor indicar motivos (Classificações OD, PI, e/ou indicadores relevantes de PAIS):						
	Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável): N/A						

Resumo da Classificação do Desempenho				
OD	[] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)
PI	[] Muito Satisfatório (MS)	[S] Satisfatório (S)	[] Insatisfatório (I)	[] Muito Insatisfatório (MI)
SU	[] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)

II. O Projeto

a. Contexto do Projeto

A população da cidade de Manaus cresceu a taxas de 4,87% ao ano desde a criação da Zona Franca (ZF) em 1967. Segundo o IBGE, a população de Manaus passou de 311.622 habitantes em 1970 para cerca de 1.800.000 habitantes em 2010 (Taxa geométrica de 4,60% ao ano. Os imigrantes atraídos pela ZF são oriundos do interior do Estado do Amazonas e de

outros estados brasileiros, principalmente do Nordeste. A ZF gera 100.000 empregos diretos e alcançou em 2005 uma produção anual da ordem de US\$23 bilhões.

Apesar de a cidade de Manaus contar com um Plano de Desenvolvimento Local Integrado, e mais recentemente com um Plano Diretor Urbano e Ambiental para o Município de Manaus, a ocupação do espaço urbano não foi ordenado e as populações de imigrantes, principalmente de baixa renda, ocuparam os espaços às margens de vários Igarapés que são pequenos arroios que drenam a cidade em direção ao Rio Negro.

Esses Igarapés, todos os anos, no período das chuvas que se estende de Janeiro a Junho, são represados pelo Rio Negro que aumenta significativamente de volume passando da cota 13,6m para a 29,7 m (razão da criação do marco referencial da cota de inundação de 30 msnm), e são transformados em grandes rios que em condições naturais não representavam problemas. Com a urbanização sem controle da cidade, as residências construídas abaixo da cota de 30 msnm, ficam quase todos os anos abaixo d'água, com grandes danos humanos, financeiros e sociais. Segundo estimativas do governo, em 2003 aproximadamente 62.500 habitantes de Manaus viviam abaixo da cota de 30 msnm do Rio Negro.

A ocupação das margens dos Igarapés é caracterizada por: i) elevado risco de inundação; ii) inexistência de sistemas de macro e micro drenagem; iii) sistema de coleta de lixo deficiente ou inexistente; iv) sistema de saneamento deficiente ou inexistente; e v) proliferação de enfermidades de origem hídrica. Para solucionar este problema, os governos estadual e municipal vêm implantando várias ações para corrigir os passivos ambientais e sociais e melhorar a qualidade de vida da população. Foram priorizadas as áreas que necessitavam intervenção baseando-se na relação benefício/custo sócio-ambiental. Com este critério, a bacia do Igarapé Educandos/Quarenta (BIEC) com densidade populacional de 115 hab/ha e uma população situada abaixo da cota de 30 msnm de 35.827 pessoas, foi selecionada como prioritária. Em segundo lugar está a bacia do Igarapé São Raimundo (BISR) com uma densidade populacional de 32 hab/ha e uma população de 27.827 habitantes.

A administração do Governo do Estado do Amazonas (GEA) adotou como estratégia a realização -em coordenação com o Município- de uma ampla gama de ações e intervenções para resolver os problemas apontados. Ao mesmo tempo, o Município está atuando na minimização do risco de novas ocupações nos Igarapés com a definição de políticas preventivas, as quais se estruturam em torno do aumento da oferta de moradias de baixo custo e no controle das áreas vulneráveis. Adicionalmente, a designação de Áreas Especiais de Interesse Social pelo Município aumenta a oferta de terrenos de baixo custo para uso residencial, possibilitando o acesso das famílias de baixa renda em áreas devidamente urbanizadas.

Os primeiros investimentos foram iniciados com apoio do BID (PROSAMIM I, Empréstimo 1692/OC-BR) e, em 2008, foi assinado o segundo contrato de empréstimo (Contrato 2006/OC-BR, que é o foco deste PCR) no valor de 220 milhões de dólares, dando início ao PROSAMIM II, com intervenções previstas no Igarapé do Quarenta, no trecho compreendido entre a Rua Maués e Avenida Rodrigo Otávio. Um terceiro empréstimo com o BID, no valor de 110 milhões de dólares, firmado em setembro de 2009 (2165/OC-BR-Suplementar), foi celebrado para complementar as ações do PROSAMIM I.

O Programa e a continuação da intervenção do Banco, com ações complementares além das previstas no PROSAMIM I, se justificaram pela: i) necessidade de avançar nas ações do PROSAMIM para atender às áreas prioritárias definidas, dando continuidade ao Programa do GEA e minimizar a exposição da população a riscos de inundações; ii) impossibilidade de executar a totalidade do que se previa para o PROSAMIM I devido a valorização do Real; e iii) conveniência de prosseguir com um curso de ação que vem se mostrando exitoso em alcançar os objetivos propostos, incorporando para tanto todas as lições aprendidas com a execução do PROSAMIM I.

b. Descrição do Projeto

O objetivo geral do PROSAMIM II é a contribuição para a solução de problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus, em particular à população residente em áreas inferiores a cota de 30 msnm na BIEQ e em situação precária e de risco na BISR, proporcionando melhores condições de habitação e de vida em geral.

i. Objetivos de Desenvolvimento

Os objetivos específicos são: i) melhorar as condições ambientais e de saúde na área de intervenção do Programa através da reabilitação e/ou implantação de sistemas de drenagem, abastecimento de água, coleta e destino final do lixo e recuperação ambiental nas partes altas das bacias dos Igarapés; ii) melhoria das condições de moradia da população na área de intervenção do Programa, mediante ordenamento urbano, regularização fundiária, moradias adequadas, implantação de áreas de disseminação e educação ambiental e sanitária da população; e iii) continuar com o fortalecimento das instituições envolvidas e com a capacitação junto à comunidade para se assegurar a sustentabilidade das intervenções realizadas. Para assegurar a sustentabilidade das intervenções realizadas, também foi incluída a execução de Programas de Comunicação Social (PCS) e de Educação Ambiental e Sanitária (PEAS) da população. O Programa contribui com uma cidade no Programa de 100 Cidades da Iniciativa de Água Potável e Saneamento do Banco, estabelecida no documento GN-2446-3.

O Programa Social e Ambiental Igarapés de Manaus (PROSAMIM) foi concebido como um programa de obras múltiplas a ser executado em fases e contempla ações e obras em bacias específicas para melhorar as condições ambientais, urbanísticas, sanitárias e de habitação da população na área de intervenção com participação comunitária no processo de gestão. As ações da primeira fase do Programa se concentraram nas bacias do Igarapé Educandos/Quarenta e sua preparação teve início em 2005 e o contrato com o Banco foi assinado em Janeiro de 2006. A operação aqui examinada corresponde à execução da segunda fase do Programa que compreende o restante das obras na bacia do Igarapé Educandos/Quarenta e um conjunto de obras na bacia do Igarapé São Raimundo.

ii. Componentes

A experiência do primeiro financiamento mostrou que os investimentos e ações desenvolvidas e sua organização foi adequada, pelo que também o segundo Programa foi estruturado em dois componentes: i) Melhoria da Qualidade Ambiental, Urbanística e Habitacional; e ii) Sustentabilidade Social e Institucional.

Os objetivos estão sendo alcançados mediante a continuação das ações em curso do PROSAMIM I com a incorporação das lições aprendidas durante a sua execução. O Programa está estruturado nos dois componentes acima mencionados. O primeiro financia obras de drenagem pluvial, saneamento, provisão de água potável, melhoria do sistema viário, recuperação e reordenamento urbano, infraestrutura necessária para o reassentamento e obras de recuperação ambiental. O segundo financia a continuação e expansão dos programas de comunicação social e de fomento à participação comunitária, as ações de educação ambiental, o reassentamento das famílias em situação de risco, o fortalecimento institucional do Município de Manaus e a preparação do Plano Piloto de Drenagem para a cidade.

Os resultados esperados eram: i) a redução dos riscos de inundações que beneficiariam aproximadamente 28.000 pessoas; ii) a recuperação de 20 Km de margens de Igarapés; iii) a criação de 15 ha de áreas verdes e estruturas de recreação; iv) o reassentamento de 5.800 famílias; v) a coleta e tratamento de águas servidas produzidas por aproximadamente 100.000 pessoas, e o fornecimento de água potável para 25.000; vi) a implantação de 18 Km de vias; e vii) a geração de aproximadamente 20.000 novos empregos. O impacto previsto do Programa inclui a redução de enfermidades de origem hídrica.

c. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável)

Não aplicável.

III. Resultados

a. Efeitos Diretos

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)	
Objetivos de Desenvolvimento (Propósito):	
1. Melhorar as condições de vida (ambientais, de moradia e de saúde) da população da área da BIEQ e da BISR Classificação: MP	
Indicadores Chaves de Efeitos Diretos	
Efeitos Diretos Planejados: No final da execução do Programa: 1.1 Redução da incidência de diarreias agudas de 712,32 (em 2009) para 40 para grupos de 10.000 pessoas 1.2 Redução da incidência de hepatite A de 9,19 (em 2009) para 8,00 para cada 10.000 pessoas 1.3 Redução do número de pessoas afetadas por dengue de 376,84 (em 2009) para 8,00 em cada grupo de 10.000 pessoas 1.4 Redução do número de pessoas afetadas por malária de 22,98 (em 2009) para 10,00 em cada grupo de 10.000 pessoas.	Efeitos Diretos Obtidos 1.1 Pessoas afetadas por diarreia (transmitida por meio hídrico) em cada grupo de 10.000 habitantes: 57,00 (2006); para 23,30 (jun 2013). 1.2 Pessoas afetadas por hepatite A (transmitida por meio hídrico) em cada grupo de 10.000 habitantes: 9,19 (2009) para 0,10 (jun 2013). 1.3 Pessoas afetadas por Dengue, em cada grupo de 10.000 habitantes: 376,84 (2009) para 7,31 (jun 2013). 1.4 Pessoas afetadas por Malária, em cada grupo de 10.000 habitantes: 22,98 (2008) para 0,07 (jun 2013).
2. Problemas socio-ambientais dos habitantes das bacias hidrográficas dos Igarapés São Raimundo e Educandos (cidade de Manaus-AM) solucionados. Classificação: PP	
Indicadores Chaves de Efeitos Diretos:	
Efeitos Diretos Planejados: 2.1 Redução da contaminação da água nos igarapés por coliforme termotolerante para 1.000,00, que era de 2.400,00 NMP/100ml em 2006. 2.2 Aumentar para 4,20 o Oxigênio dissolvido nas águas (OD) que era de 3,10 mg/LO ₂ em 2006 2.3 Diminuir para 20,00 a Demanda Bioquímica de Oxigênio que era de 240,00 mg/LO ₂ em 2006 2.4 Diminuir para 10,00 o Nitrogênio amoniacal que era de 13,00 mg/LN em 2006 2.5 Diminuir para 75,00 a Demanda química de Oxigênio que era de 152,30 mg/LO ₂ (2006) 2.6 Redução do número de pessoas afetadas pelas inundações em Manaus que eram 17.995 em 2006. 2.7 Diminuição no número de casas localizadas em assentamentos precários na cidade de Manaus que era de 3.599 casas em 2006 na área do Prosamim II.	Efeitos Diretos Obtidos em junho 2013 2.1 Coliformes termotolerantes (NMP/100ml): aumentou para 21.000.000,00. 2.2 Oxigênio dissolvido nas águas (OD) (mg/LO ₂): diminuiu para 0,63. 2.3 Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO ₅) (mg/LO ₂): diminuiu para 30,00. 2.4 Nitrogênio amoniacal (mg/LN): aumentou para 25,20. 2.5 Demanda Química de Oxigênio (DQO) (mg/LO ₂): diminuiu para 110,00. 2.6 Pessoas afetadas por inundações: o número foi reduzido para 13.065 pessoas. 2.7 Número de casas localizadas em assentamentos precários na cidade de Manaus: diminuiu para 2.613 unidades.
Reformulação: [N/A]	
PPMR Retrofitting. Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas consequências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metadados. Incluir como anexo a documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso. [N/A]	
Resumo dos Objetivos de Desenvolvimento Classificação(OD):	
[] Muito Provável(MP)	[P] Provável (P)
[°] Pouco Provável (LP)	[] Improvável (I)
Justifique brevemente a classificação de OD com base no grau de cumprimento das metas planejadas e explique as diferenças entre os efeitos diretos planejados e os alcançados, bem como outros fatores relevantes. Incluir referências às evidências que respaldem os referidos resultados. Embora os indicadores escolhidos não atingissem todas as metas requeridas, outros fatores (ambientais, de moradia e de saúde) levaram os moradores a considerar que melhorou a sua percepção de condições de vida e de bem estar. Isso graças a fatos como os seguintes: estima-se que, por ano, 3,8 mil toneladas de lixo e 381 milhões de litros de esgoto deixaram de ser lançadas diretamente nos igarapés. Com relação aos habitantes que saíram dos igarapés, eles têm uma percepção positiva do Programa, pois consideram como mudanças positivas após sua saída o seguinte: 58% afirmam que moram em ambientes mais amplos e arejados, 27% apontam que diminuiram os casos de doenças na família, 4% apontaram que conseguiram emprego e outros 4% que montaram negócios e os restantes 7% apontaram outras mudanças positivas. Ademais, dois importantes indicadores do primeiro grupo (2.6 e 2.7) tiveram um bom desempenho. Isso tudo permite considerar-se provável o atingimento dos objetivos do Programa.	

Estratégia de País: A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país do banco.

O Programa é denotado na segunda linha estratégica da Estratégia de País do Banco (GN-2327-1), que tem como meta a melhora das condições de habitabilidade/moradia, eficiência e a qualidade ambiental das cidades.

Importante observar que os indicadores de impacto que estão neste PCR são os que efetivamente estão sendo monitorados pelo programa, em sua grande maioria, oriundos da Matriz de resultados (Ver Marco Lógico no Anexo 2). Esses indicadores foram incluídos no PMR, quando este substituiu o Marco Lógico, conforme acordado na Missão de 05/2010, quando foram avaliados os dados disponibilizados pelo Sistema de informações epidemiológicas oficiais e se constatou a sua relevância frente às intervenções estruturais na área de intervenção do PROSAMIM.

Especificamente, foram incorporados mais três indicadores (Hepatite A, Dengue e Malária, com linha de base de 2009) e foram desconsiderados os indicadores referentes ao número de pessoas que visitam os parques, pois não existe forma de medição do mesmo, e o do IDH de uma bacia específica por não haver tal avaliação. Por outro lado, o indicador "Quantidade de Coliformes fecais" foi incluído tendo em vista integrar o grupo de parâmetros definidos pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA 20) para avaliar a qualidade da água. Particularmente, este indicador foi alterado para "Coliformes Termotolerantes", Legislação 357/2009. A meta enquadra a água, após intervenção, na classe 3.

No que concerne ao número de casas localizadas em assentamentos precários (Indicador 2.7), a linha de base (84.500) se refere a toda população de Manaus afetada por inundações, sendo a parte relativa ao Prosamim II somente de 3.599 unidades, conforme meta estabelecida em reunião com o BID realizada em conformidade com as estratégias de encerramento acordadas.

Assim sendo, para atingir as metas agora acordadas para o Programa, além das 2.613 casas e das 13.065 pessoas já beneficiadas até junho de 2013, faltaria resolver o problema de 986 casas, que estariam associadas a retirar da área de inundação mais 4.930 pessoas.

Importante esclarecer que o plano de execução física foi modificado com relação ao disposto na Matriz de Resultados, mantendo-se, não obstante, as metas físicas totais.

b. Externalidades

Externalidades Positivas

O PROSAMIM II gera vários impactos positivos, sendo os mais importantes: i) a retirada de um grande contingente de pessoas de áreas sujeitas a inundações periódicas; ii) um potencial para a melhoria da qualidade de vida do grupo de reassentados; iii) uma melhora urbana significativa com a implantação de áreas verdes e vias onde antes havia um aglomerado de moradias muito precárias. Essas novas ligações viárias proporcionaram melhoria da acessibilidade e mobilidade urbana na área de implantação do Programa, com a criação de acesso sobre os igarapés, interligando os bairros.

De fato houve um numeroso reassentamento das famílias realizado sem a ocorrência de qualquer conflito social, proporcionando uma atenção adequada àquelas em situação de vulnerabilidade e possibilitando, através dos programas de inclusão social, oportunidades para o desenvolvimento comunitário e econômico da população reassentada. Também se pode destacar que está sendo alcançado um sensível impacto sobre as condições sanitárias da cidade.

Por outro lado, o modelo construtivo e a forma de implantação dos parques residenciais favorecem a sensação de privacidade e segurança dando identidade aos mesmos.

Essas ações e obras foram realizadas com captação e capacitação de mão de obra local, com o envolvimento do pessoal do PROSAMIM com os Órgãos convenientes; e com as

lideranças por meio das Instâncias de participação no pré e pós reassentamento e com uma redução no Impacto Ambiental, mediante a proteção das áreas para que não ocorressem mais ocupações indevidas.

No ponto de vista social destacam-se a participação dos moradores em todas as fases do Programa; os eventos realizados, tanto com o público interno como o externo, por exemplo, no suporte para a criação das Associações de Moradores, a realização de oficinas para escolha de endereço e preparação para nova condição de moradia, o que possibilitou a preservação dos vínculos sociais, o trabalho de orientação em relação à vacinação junto a grupos vulneráveis: crianças e idosos, o direito de escolha do local da moradia (Unidade Habitacional), a capacitação do pessoal para lhe garantir renda (cursos e oficinas) e a formação e acompanhamento dos líderes representantes (agentes de vizinhança).

Como resultado dessas ações de acesso ao saneamento, de fornecimento de energia elétrica legalizados, de construção de espaços para recreação e lazer e de mudança para moradias em áreas urbanizadas, com ambiente amplo e arejado, houve uma percepção na população da redução da violência e mudança de seu comportamento, melhorando sua qualidade de vida.

Externalidades Negativas

Como sempre ocorre em intervenções de obras civis, a execução de projetos de saneamento e drenagem, como é o caso do PROSAMIM, poderá causar impactos ambientais negativos. Durante a etapa de obras poderá haver transtornos para as comunidades beneficiadas e do entorno, como ruídos, problemas de trânsito, desvio de trânsito e interrupção temporária de vias, contaminação do meio ambiente local, assim como acidentes de trabalho com operários e pessoas da comunidade e disposição final inadequada dos escombros.

Para a mitigação desses impactos desde 2008 se preparou: (i) um programa específico de Controle Ambiental de Obras (PCAO) que igualmente inclui saúde e segurança no trabalho; e (ii) um Programa de Comunicação Social (PCS), para informar e prevenir a população afetada diretamente pelas obras. A mitigação de impactos se complementa com um amplo Programa de Educação Ambiental e Sanitária (PEAS) com ações de educação para toda a população urbana de Manaus, a população reassentada e a população remanescente na área dos igarapés que sofreram intervenção. Eles contemplam o diagnóstico das áreas de intervenção, formas de implantação do Programa, medidas mitigadoras, programas de controle ambiental e dados secundários, para o Igarapé do Quarenta e a foz do Igarapé São Raimundo. Para os projetos que não integravam a amostragem foram determinados os critérios ambientais de elegibilidade dos projetos, que são parte integrante do Regulamento Operativo do Programa.

Há também algumas medidas que estão sendo tomadas que agravaram transitoriamente a situação de indicadores de qualidade, como quantidade de coliformes termotolerantes e nível de oxigênio dissolvido na água, mas que tendem a ser superados com a sua execução completa até o término do Programa. Há que respeitar o tempo de resiliência do ambiente, particularmente dos igarapés.

Entre alguns impactos negativos que durante a execução do Programa foram apontados pelos beneficiários no Seminário de Encerramento (ver Ata no Anexo 4, "O que não funcionou bem?"), pode-se destacar: 1) A disposição dos postes de energia da rede ficaram muito próximos das edificações remanescentes na Rua Odilon, na área do Quarenta; 2) Houve em alguns casos a retirada emergencial de famílias sem implantação de obras imediatas; 3) Houve alguma demora na formalização e o pagamento de forma irregular (atrasos) da Bolsa Moradia Transitória, desestimulando a opção por Unidade Habitacional durante o processo de construção; 4) Houve dificuldades no acompanhamento social das famílias que fizeram opção pelo CHEQUE MORADIA em virtude da resistência de algumas delas em fornecer o novo endereço; e 5) A descontínua liberação de área para as obras gerou impactos de vizinhança.

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
Componente 1 <i>Melhoria Ambiental, urbanística e habitacional:</i> Custo total do Componente 1: US\$259.762,39 mil Contraparte: US\$124.527,23 mil BID: US\$135.235,16 mil Desembolso BID: 95,35% <u>Classificação:</u> S	<u>Produtos Planejados</u> 1.1 Execução de 4.901 m de canais de água reabilitados e galerias de macrodrenagem construídas. 1.2 Construção de 9.804 m de coletores de águas pluviais. 1.3 Construção de 704 unidades habitacionais. Milestone: Construção de 73.047 m ² de infraestrutura habitacional. 1.4 Implantação de 15.000 m de vias urbanas 1.5 Construção de 7 obras de arte (pontes ou viadutos). 1.6 Implantação 40 ha de parques urbanos. 1.7 Regularização do acesso à água potável para 1.340 moradias. 1.8 Instalação de 1.340 ligações domiciliares à rede pública de esgoto. Milestone: Construção de 127.376 m de redes de esgoto. Milestone: Disponibilização de 13.248 conexões de esgoto.	<u>Produtos Obtidos</u> 1.1 Obras executadas e Galerias construídas: 634 m (2009); 1.309 m (2010); 1.024 m (2011); 315 m (2012); com um total de 3.282 m (total). 1.2 Construídos: 66 m (2009); 787 m (2010); 2.918 m (2011); 2.708,00 m (2012); 3.054 m (jun 2013) com um total de 9.533 m. 1.3 Construídas: 80 (2009); 158 (2010); 166 (2011); 22 (2012); 88 (jun 2013), com um total de 514. Milestone: Construídas 13.424,00 m ² (2010); 15.900 m ² (2011); 2.841 em 2013, com um total de 32.165 m ² . 1.4 Implantadas: 1.109 m (2009); 510 m (2010); 1.825 m (2011); 761 m (2012); 5.707 m em 2013, com um total de 9.912 m. 1.5 Construídas: 2 (2010); 2 (2011); 1,8 (2012), 0,2 em 2013, com um total de 6 obras de arte. 1.6 Implantados: 6 ha (2009); 2 ha (2010); 26 ha (2011); com um total de 34 ha até dez/2012. 1.7 Regularizado para: 85 moradias (2009); 153 moradias (2010); 166 (2011); 659 (2012); com um total de 1.062 moradias regularizadas. 1.8 Instaladas: 85 moradias (2009); 153 moradias (2010); 166 (2011); 110 (2013); com um total de 514 moradias ligadas. Milestone: Construídos 1.502 m (2009); 36.907 m (2010); 31.111 (2011); 10.571 (2012) e 20.202 m em 2013; com um total de 100.283 m. Milestone: Disponibilizadas 58 (2009); 3.951 (2010); 4.050 (2011); 570 (2012); com um total de 8.629 conexões.
Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). Não foi oferecida nenhuma explicação até o momento. [] N/A		
Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças. [] N/A		
Componente 2: <i>Sustentabilidade social e Institucional</i> Custo Total do Componente 2: US\$642,71 mil Contraparte: US\$104,30 mil BID: US\$538,41 mil Desembolso BID: 100,00% <u>Classificação:</u> S	<u>Produtos Planejados</u> 2.1 Criar 34 organizações comunitárias. 2.2 Realizar 174 campanhas de educação sanitária e ambiental. 2.3 Capacitação de 150 mulheres para inserção no mercado de trabalho. 2.4 Realização de 4 campanhas de comunicação. 2.5 Implantação de 1 plano de fortalecimento institucional. Assinatura de 17 convênios. Execução de 17 convênios. Conclusão de 17 convênios.	<u>Produtos Obtidos</u> 2.1 Criadas: 13 (2009); 15 (2010); 0 (2011); 2 (2012); com um total de 30 organizações. 2.2 Campanhas de Educação Sanitária e Ambiental realizadas: 22 (2009); 54 (2010); 26 (2011); 28 (2012) e 25 em 2013; com um total de 155. 2.3 Mulheres capacitadas: 0 (2009); 0 (2010); 0 (2011); 35 (2012) e 83 em 2013; com um total de 118. 2.4 Uma campanha de comunicação social foi realizada em 2011. 2.5 Foi implantado um Plano de Fortalecimento institucional em 2013. Convênios assinados: 12 (2009); 5 (2012); com um total de 17 convênios. Em execução: 12 (2009); 5 (2012); total 17. Os 17 convênios foram concluídos.
Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável). Não foi recebida informação que justificasse as diferenças. [] N/A		
Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças: [N/A] N/A		

Componente 3 Outros: Custo total do Componente 3: US\$19.480,74 mil Contraparte: US\$1.684,88 mil BID: US\$17.795,86 mil Desembolso BID: 99,79% Classificação: MS, S, I, MI	Produtos Planejados 3.1 Investir na Unidade Executora em gerenciamento, supervisão de obras, estudos e projetos, auditoria, avaliação e monitoramento.	Produtos Obtidos 3.1 Investido US\$18.753,10
Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). Ainda há tempo para aumentar esses investimentos até o final do Programa. [] N/A		
Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças. [] N/A		
Resumo do Progresso de Implementação – Classificação: [] Muito Satisfatório (MS) [S] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)		

Produtos 1 e 2: produtos estruturados da forma atual na reunião de 18/08 em Brasília. Até o encerramento do Programa terão de ser realizadas 1.618,43 m de drenagem e 270,68 m de coletores pluviais.

Produto 3: Unidades habitacionais construídas foi destacada das demais modalidades de reassentamento após detalhamento do projeto básico. Como *Milestone* deste Produto registrou-se a infraestrutura urbana necessária à construção das quadras bairro/condomínios com espaços comuns de convivência como “playgrounds” e acessos. O número de unidades a ser obtido no final do Programa foi reduzido para 704, restando, portanto, 190 unidades habitacionais a serem construídas até o encerramento em 2014, atingindo um “milestone” de 73.047 m² de construção e não a meta contratual de 80.295 m².

Produtos 4: O produto “Novas vias urbanas” este foi redimensionado a partir da elaboração do Projeto Básico, com destaque às obras de arte que se tornaram indicadores de produtos, e ainda se espera executar mais 5.088,22 m de vias até o encerramento do Prosamim II.

Produtos 5: Obras de arte se destacam do sistema viário tendo em vista que se na maioria das vezes requer métodos construtivos mais complexos (frequentemente mais lentos que as demais frentes das obras) e custo relativo alto. Haverá que construir mais uma obra até 2014.

Produtos 6: Parques urbanos aumentaram de 24,6 para 40 após o detalhamento do Projeto Executivo, faltando agora executar apenas 6 há.

Produto 7: Falta regularizar o acesso a água potável para 278 moradias, chegando a meta de encerramento a 1.340 moradias ao invés das 3.929 previstas no contrato. Foram consideradas somente as casas construídas no Programa, bônus moradia e casas do Governo do Estado, opções estas que foram reduzidas, o que ocasionou a redução da meta na mesma proporcionalidade.

Produto 8: As ligações domiciliares à rede de esgoto instalada chegarão ao mesmo número de habitações que tiveram acesso à água potável regularizado (1.340). Optou-se por aferir a extensão da rede de esgoto implantada em substituição à quantidade de domicílios ligados à rede por ser esse um melhor indicador, uma vez que o Sistema de Esgoto é concedido à Águas do Amazonas-ADA (iniciativa privada) e as intervenções do programa se encerram em disponibilizar a rede para ligações domiciliares. Com a extensão de mais 27.092,87 m de rede, será possível atingir o valor total de 127.376,32 m ao fim do Programa, com a disponibilização de 13.248 conexões.

Todas as metas físicas e financeiras de todos os produtos para os anos de 2012 e 2013 dos componentes 1 e 2 foram alteradas e reprogramadas com a finalidade de alcançar os resultados previstos ao final do projeto em 2014.

Importante observar que na parte referente a produtos do Componente I, foram readequados os indicadores (inclusão e agrupamento dos indicadores da Matriz) para melhor refletir e

caracterizar a execução das obras, viabilizando melhor controle e medição dos indicadores. Também foram redefinidos os indicadores referentes às residências conectadas e rede de água e esgoto, porque: i) o programa não promove ligações de água, somente disponibilizando para a população reassentada casa com toda a infraestrutura sanitária; ii) o programa não promove a ligação intradomiciliar (ligar as casas na rede) e sim deixa uma caixa no passeio para que o dono faça a ligação.

Para o Produto 9 a meta até o final do Programa é promover a criação de mais 4 Organizações Comunitárias, do Produto 10, realizar mais 19 Campanhas de Educação Sanitária e Ambiental, do Produto 11, capacitar mais 32 mulheres para inserção no mercado de trabalho, e do Produto 12, realizar mais 1 Campanha de Comunicação Social.

Com relação ao Produto 13 (Convênios), acordou-se, na Missão de Supervisão de 04 e 05 de fevereiro de 2013, que seriam fechados/concluídos todos os convênios estabelecidos no marco do Programa, no estágio de execução nos quais se encontravam em março de 2013.

d. Custos do Projeto

Custo Total Projeto - Planejado (US\$000)		Custo Total do Projeto - Atual (US\$000)		% Diferença
Copiar do Quadro do Anexo Único		(Reproduzir quadro de custos)		
1. Engenharia e Administração	19.515	1. Engenharia e Administração	18.827	-3,53
1.1 Unidade Executora	1.100	1.1 Unidade Executora.....	..264	-75,97
1.2 Gerenciamento e Supervisão	6.475	1.2 Gerenciamento e Supervisão	..6.623	2,28
Estudos e Projetos	11.940	1.3 Estudos e Projetos	..11.940	0,00
2. Custos Diretos	199.425	2. Custos Diretos	261.059	30,91
2.1 Comp. 1: Melhoria ambiental urb. e hab.	195.141	2.1 Comp. 1: Melhoria ambiental urb. e hab.	.. 260.416	33,45
2.2 Comp. 2: Sustentabilidade social/institucional	4.284	2.2 Comp. 2: Sustentabilidade social/institucional	.. 643	-85,00
3. Custos Concorrentes	1.060	3. Custos Concorrentes	.. 554	-47,72
3.1 Auditoria, avaliação e Monitoramento	1.060	3.1 Auditoria, avaliação e Monitoramento	.. .554	-47,72
4. Custos Financeiros (*)	0	4. Custos Financeiros 0	
TOTAL	220.000	TOTAL	280.440	27,47
(*) A cargo do Mutuário e não incluído na contrapartida				
Explique brevemente diferenças. Houve uma forte preferência por investimentos em Estudos e Projetos e nas obras correspondentes de melhoria urbana e habitacional, com diminuição dos gastos com Sustentabilidade Social e Institucional.				

Com prévia autorização do Banco, em 2009 recursos deste projeto (2006/OC-BR - PROSAMIM II), no valor de US\$ 48,075,995.83, foram emprestados ao projeto financiado com o Empréstimo Suplementar 2165/OC-BR (Suplementar PROSAMIM I). Tais recursos foram utilizados para pagamento de despesas do projeto 2165/OCBR, visto que neste momento o mesmo encontrava-se em preparação e as obras e o reassentamento das famílias correspondente às metas do empréstimo original (1692/OC-BR) não poderiam ser paralisadas.

A devolução teve início em 2011, de acordo com cronograma acordado entre o Banco e o executor e é mostrada no Anexo 1 a este documento. O ressarcimento do contrato 2006/OC-BR é feito, principalmente, com pagamentos no contrato 2165/OC-BR de gastos referentes ao primeiro e somente faltam US\$0,57 milhões para serem compensados. Além disso, se destaca que este contrato pagou o 2165/OC-BR em alguns componentes e foi ressarcido em outros, mas que as metas a que destinavam os recursos foram atingidas.

Estudos realizados demonstram que devido: (i) valorização do real e desvalorização do dólar; (ii) necessidade de aumento da área de interferência direta do Programa, quando da elaboração do projeto executivo; (iii) incremento da população a ser remanejada na área de influência do Programa, imputando, ainda um baixo ritmo na execução do Programa; (iv) reajustes pagos; e (v) perda cambial; explicam o aumento de custos de 33,45% do novo orçamento nos itens de melhorias urbanas e habitacionais.

Esse aumento de custos do Programa não pode ser absorvido dentro do orçamento original, porque ele foi elaborado com base em projetos básicos que se revelaram insuficientes e que foram posteriormente corrigidos, quando evoluíram para a fase executiva. Por outro lado, o

orçamento que consta no Anexo A do contrato do BID não tinha um item específico de “imprevistos ou contingências” para absorver essas variações de custo, ou as decorrentes das questões cambiais.

Sem alternativa para encaixar esses custos adicionais dentro do orçamento original, a solução passa por conseguir recursos adicionais para terminar o programa atingindo os mesmos objetivos estabelecidos, recursos estes que não poderão ser originados pelo BID.

Por essas razões, haverá necessidade de um aporte adicional de recursos por parte do GEA, no montante equivalente a US\$60,44 milhões, que elevará a sua participação a US\$126,44 milhões e o custo total do Programa para US\$280,44 milhões. Pelo Ofício N° 153/2013-GE, datado de 19/09/2013, o Governo do Amazonas solicitou à SEAIN que encaminhe à COFIEIX o pleito de aumentar essa contrapartida local no montante acima mencionado.

Até junho de 2013, data de fechamento deste PCR, foram investidos US\$191,27 milhões, sendo US\$147,67 milhões do BID e os restantes US\$43,60 milhões de contrapartida local. Assim sendo, ainda restam US\$6,32 milhões de recursos do BID (dos quais US\$1.5 milhões já estão em mãos do GEA), que agregados aos recursos de contrapartida serão usados da forma apresentada a seguir, respeitando o novo orçamento aprovado.

Mais detalhes sobre o orçamento, a execução financeira do Programa estão apresentados no Anexo 1 a este PCR.

	Investimentos em Milhares US\$							
Categoria	Realizados			A Realizar			Total	
	BID	Local	Soma	BID	Local	Soma		
Administração e Supervisão	17.758,08	995,02	18.753,10	0,00	73,78	73,78	18.826,88	
Custos Diretos	129.485,63	42.584,50	172.070,13	6.325,72	82.663,12	88.988,84	261.058,97	
Custos Concorrentes	430,57	16,70	447,27	0,00	106,88	106,88	554,15	
TOTAL	147.674,28	43.596,22	191.270,50	6.325,72	82.843,78	89.169,50	280.440,00	

IV. Implementação do Projeto

a. Análise de Fatores Críticos

Fatores Críticos Negativos

Alguns fatores atuaram negativamente na execução do Programa, como, por exemplo, o incremento da ocupação nas áreas de intervenção direta das obras, que dificultou as ações e opções de reassentamento. Como consequência disso, o tempo necessário ao detalhamento final dos projetos tem comprometido o avanço físico-financeiro previsto para o Programa.

Também houve aumento da área da envoltória, da qual deverão ser removidas as moradias e que deve ser aterrada e urbanizada, por estar por debaixo da cota de inundação. Infelizmente isto foi verificado somente depois de remover todas as moradias do leito e entorno, pois a densidade de ocupação levou a subestimar a superfície durante a elaboração do Projeto Básico Avançado (PBA).

Particularmente, a demanda por recursos aumentou em decorrência da necessidade de se utilizar parte deles em investimentos não previstos inicialmente, mas cuja necessidade foi verificada nos projetos definitivos. Nesse caso houve aumento de custos assim como de benefícios. Foram os casos apresentados a seguir: (i) expansão da infraestrutura urbanística nas quadras bairro onde se localizam as moradias construídas e (ii) aumento de custos por diferenças de projeto nas residências.

Soma-se a este cenário a conjuntura macro econômica do período na qual o real encontra-se valorizado e o dólar desvalorizado imputando pagamento de reajustes e perdas cambiais, valores não incluídos no orçamento inicial e o reconhecimento despesas anteriores como

contrapartida local, cuja função é equilibrar o pari-passu, investimentos iniciais por parte do GEA no programa, garantindo o ingresso dos recursos do BID, conforme previsão contratual.

Aumentos de custos efetivos provocaram também uma defasagem entre o avanço físico e o financeiro correspondente. Segundo a UGPI, essa defasagem se justifica uma vez que, os custos aumentaram em função dos fatores anteriormente mencionados.

Um fator negativo provocado pela população afetada sobre o Programa foi não cumprir o compromisso em não utilizar os materiais provenientes das edificações a serem demolidas pelas obras do reassentamento.

Fatores Críticos Positivos

Em primeiro lugar, pode-se destacar a prioridade política mantida pelo Estado do Amazonas desempenhou, sem dúvida, um papel primordial entre esses fatores que influíram positivamente em sua execução.

Não menos importantes foram; (i) a manutenção da estrutura de gestão do Programa através da UGPI, que tinha autonomia orçamentária, financeira e administrativa; (ii) o apoio do Banco durante a execução, com resposta tempestiva às consultas formuladas pelo Executor; (iii) a tramitação em forma ágil dos pagamentos diretos aos consultores e empresas envolvidas, ajudando a manter os prazos acordados; (iv). a articulação institucional exercida em prol dos objetivos do Programa (habilidades da gestão compartilhada); e (v) o envolvimento da população no entorno das obras através da CRC e GAL.

b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

Desde o PROSAMIM I o Programa vem sendo executado pela Unidade de Gerenciamento do Programa Igarapés de Manaus (UGPI) que conta com autonomia administrativa e financeira. Para realizar as tarefas de gestão, supervisão de obras, elaboração de projetos de engenharia e financeira do Programa, a UGPI conta com o apoio de uma empresa de consultoria, denominada Empresa de Gestão.

A UGPI está estruturada com um coordenador executivo e sub-coordenações técnicas nas áreas de: engenharia, social, ambiental, comunicação social, administrativa e financeira, informática, institucional e legal. Esta estrutura tem funcionado adequadamente na execução de suas tarefas. Durante a avaliação de meio termo, o Banco sugeriu que se reforçasse a unidade ambiental do Programa em função de mudanças de pessoal verificadas, e que se integrassem o trabalho das sub-coordenações social e ambiental.

A avaliação do Programa, realizada em março de 2007, demonstrou uma boa capacidade executiva da UGPI e identificou algumas necessidades de melhorias, que foram incorporadas ao desenho da Fase II. Deste modo, durante a preparação da Fase II foram considerados: i) a necessidade de integrar e fortalecer as sub-coordenações ambiental e social; ii) a renovação dos acordos com as instituições envolvidas para evitar atrasos durante a execução; iii) a definição das bases para operação e amortização das obras de água e saneamento para a negociação com a Empresa Concessionária Águas do Amazonas; e iv) a busca de eficiência para baixar os custos das soluções habitacionais.

Na preparação do presente Programa, a UGPI optou por abandonar o sistema de gerenciamento que estava em implantação e contratar o desenvolvimento pela PRODAM, de um sistema específico para o gerenciamento do PROSAMIM (SIGPRO), com migração eletrônica de dados. As dificuldades encontradas inicialmente pela PRODAM no desenvolvimento de um sistema com tal grau de complexidade gerou retrabalho na especificação dos requisitos e consequentemente comprometeu o cumprimento de metas e prazos acordados. Atualmente o SIGPRO opera o Módulo Financeiro/Contábil, integrado com o sistema financeiro da SEFAZ (AFI) e o Módulo Físico, SICOP, responsável pelo processamento eletrônico de todas as medições, que está em fase de integração aos diversos módulos SIGPRO.

Pode-se afirmar que o Mutuário teve um desempenho satisfatório, considerando sua habilidade para administrar riscos, monitorar os resultados de desempenho do projeto, e tomar ações corretivas sempre que foi o caso.

Desempenho do Mutuário/Agência Executora			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)

c. Desempenho do Banco

O Mutuário efetuou uma classificação independente e comentou sobre o desempenho do Banco no Documento intitulado Avaliação do Mutuário que constitui o Anexo 3 a este PCR. Esta seção incorpora de forma inalterada a classificação atribuída de forma independente pelo Mutuário.

Desempenho do Banco			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)

V. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

Na Ata do Seminário de Encerramento deste Programa (Anexo 4 deste PCR) há, para cada grupo de atividades, uma parte que trata de “O que faltou fazer?”. Ali estão listadas, em detalhe, as providências que permitem completar o programa e realizar as ações já mencionadas em “Resultados, c. Produtos” (pag 7) até o término do programa previsto no contrato de empréstimo.

Assim sendo, se houver a garantia do aporte adicional dos US\$60,5 milhões por meio do PROINFRA, a permanência da equipe de colaboradores que tem gerido o PROSAMIM e as decisões apontadas, o programa se sustenta até o final de 2014.

Daí em diante a sustentabilidade do Programa continuará intimamente ligada aos seus fatores sociais e ambientais, além de seus aspectos de disponibilidade de recursos financeiros para sua consecução, operação e manutenção e à futura tomada de providências pelos órgãos e população recebedores das obras e instalações implantadas pelo Programa.

Assim, a participação ativa da população atingida/beneficiada é crucial para a sua sustentabilidade. Por essa razão, são importantes as ações dirigidas a esse objetivo, como são a elaboração e o uso do Projeto Executivo de Reassentamento Involuntário de População e Atividades Econômicas e do Plano de Ações para Reposição de Moradias, Remanejamento de População e Atividades Econômicas Instaladas em áreas requeridas para implantação do PROSAMIM – PDDR.

O investimento na promoção do capital humano, capital social e no fortalecimento da cidadania, tem possibilitado uma efetiva participação da comunidade na evolução do programa. A organização comunitária e a promoção da participação ativa da população beneficiária, direta ou indiretamente do PROSAMIM, nas ações de remanejamento e a readequação urbana e ambiental tem sido conseguida através da busca de meios para atingir os objetivos específicos do PTSA (**Plano de Trabalho Social e Ambiental**)

Outro fator crítico na implementação da Gestão Compartilhada e Participativa, durante o processo de mobilização para implementação do PROSAMIM II foi a realização de assembleias para a escolha do Comitê de Representante da Comunidade - CRC, que atua permanentemente junto ao Programa.

Continua importante, portanto, incentivar a criação de Alianças Público Privadas para a manutenção das áreas de parques e praças. Igualmente, há necessidade de fazer gestão junto aos órgãos competentes para adequação do marco legal para tratamento e destinação

final do esgoto sanitário em Manaus e continuar apoiando as ações de educação ambiental e sanitária.

Além desses fatores sociais e ambientais, é preciso garantir a sustentabilidade institucional se o que se dá através da manutenção de convênios entre as entidades participantes e exercer um acompanhamento das ações desses órgãos convenientes, para que haja um aproveitamento adequado e eficiente dos equipamentos e dos serviços colocados pelo PROSAMIM.

Entre os pontos levantados pelos beneficiários do Prosamim II presentes ao Seminário de Encerramento, pode-se destacar como importantes para a sua sustentabilidade os que seguem:

- Continuar com os esforços no sentido de conectar as edificações ao sistema de esgotamento sanitário implantado, contribuindo à sustentabilidade das obras executadas;
- Dar continuidade à educação ambiental quanto à disposição de resíduos;
- Apoiar as parcerias para continuidade da capacitação profissional dos reassentados até 2016, ao tempo que se encoraja projetos de iniciativa sustentável como a reutilização de materiais possíveis de reaplicação para os locais de intervenção;
- Planejar a implantação de uma base de atividades em cada Parque Residencial e assegurar que, depois de concluída a intervenção do Programa, esta seja repassada para a comunidade;
- Sensibilizar as lideranças e prepará-las para o associativismo e fortalecer as oficinas de cunho social para convivência pacífica entre moradores e usuários soltadores de pipas, que têm depredado os parques residenciais; e
- Encorajar essas lideranças a fazer gestão junto aos órgãos competentes estaduais e municipais para adequação do marco legal para tratamento e destinação final do esgoto sanitário na cidade de Manaus (Carta de Manaus) e para que em suas áreas de competência viabilizem a construção de equipamentos sociais nas áreas disponibilizadas pelo Programa, tais como: creches, clube de mães, associações de moradores e médico da família.

b. Riscos Potenciais

O PROSAMIM é considerado pela população como uma política pública fundamentada em uma demanda social apropriada pela classe política, razão pela qual se considera muito baixo o risco de interrupções em seu cronograma de execução. Por essa razão, todos os riscos aqui apontados são de natureza moderada.

Apesar disso, é importante reconhecer que, em termos de monitoramento e responsabilidade, há o risco de não haver suficiente coordenação entre os responsáveis pelas diversas ações relativas ao Programa. Para diminuir esse risco há necessidade de manter uma forte articulação interinstitucional.

Além disso, há sempre o risco de não haver manutenção suficiente nas obras executadas. Para diminuir o risco é necessário definir claramente como será feita essa manutenção e de onde vem os recursos financeiros para a manutenção das instalações por parte dos beneficiários e pelas autoridades em suas respectivas áreas de responsabilidade.

De fato, a existência de um elevado montante de obras executadas com recurso do GEA impõe que, na preparação do POA, ao final de cada ano, estejam essas ações e recursos contemplados no decreto aprovado da lei de orçamento estadual, incluindo a alocação específica para cumprir os desembolsos do Programa.

O estado tem envidado esforços adicionais para garantir a manutenção satisfatória de todas as obras do Programa e está buscando novas parcerias como forma de minimizar os investimentos necessários à manutenção.

No entanto, a manutenção das obras é de responsabilidade do Município para o qual serão transferidas, razão pela qual vem recebendo fortalecimento nas áreas de capacitação e

convênios foram assinados entre GEA, Município e a Águas do Amazonas (AdA), estabelecendo as obrigações de cada parte.

No caso de águas e saneamento, os serviços estão sob concessão à empresa privada AdA, que deverá operá-los e mantê-los por contrato. O Protocolo de Intenções que o GEA firmou com a AdA inclui a aprovação pela mesma dos projetos e a assinatura de convênios específicos para cada obra antes de sua contratação. Foi firmado, antes da finalização das obras da amostragem do primeiro financiamento, um convênio financeiro, para assegurar que a parte da tarifa relativa aos investimentos realizados pelo GEA seria repassada. Todos os convênios contam também com a assinatura do poder concedente (município) e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas (ARSAM). É importante lembrar que mesmo com a existência de tarifas, há o risco das variações não previstas nos índices de preços e desvalorização monetária do dólar.

Foi contratada a execução dos estudos necessários para o convênio financeiro e para implantar um Fundo de Saneamento utilizando-se os fundos do primeiro financiamento. Foram incluídas nos acordos celebrados com as entidades que participam do Programa, as providências com relação à manutenção de bens, obras e equipamentos adquiridos ou contratados.

Por último, há também um risco associado à dificuldade de convencer as populações beneficiárias em conectar-se às redes de esgotamento sanitário. Uma maior adesão ao sistema de esgotamento sanitário proporcionará maior sustentabilidade financeira a empresa concessionária, possibilitando a manutenção das obras realizadas pelo PROSAMIM.

Capacidade Institucional

Para estar seguro da adequação das entidades que executam o Programa, foi realizada, em 2007, uma avaliação institucional da UGPI, por meio da aplicação do Sistema de Avaliação da Capacidade Institucional (SECI). Essa avaliação identificou alguns aspectos que precisavam ser modificados, complementados e aperfeiçoados na estrutura de funcionamento implantada para a execução do Programa o que foi implementado oportunamente.

Além da UGPI, há outros órgãos envolvidos direta ou indiretamente na execução do PROSAMIM, que são denominados de Entidades Participantes ou Entidades Envolvidas. Eles são a ARSAM, a CPRM, o IMPLURB, o IMTT; o IPAAM, a MANAUSCULT, a SEMINF, a SEMULSP, a SUHAB e a SEMMAS.

Quanto a essas entidades a própria UGPI realizou, no início da execução do PROSAMIM I, uma avaliação da estrutura de cada Entidade, com o objetivo de elaborar um Plano de Fortalecimento Institucional a fim de que cada Órgão pudesse atender as demandas do Programa com a qualidade e a eficiência desejadas.

Hoje em dia, os trabalhos da UGPI são elaborados por pessoal diretamente alocado nos cargos de coordenação, sub-coordenação e assessorias com apoio de profissionais de outros órgãos parceiros, além da equipe técnica da empresa gerenciadora e de supervisão de obras sendo ao todo 116 profissionais locados ao Programa.

A própria dinâmica da execução do Programa contribuiu para a formação do pessoal, seu desenvolvimento e de instrumentos para o gerenciamento que fortaleceu institucionalmente a UGPI e as demais entidades para atuar adequadamente nessa qualidade.

De fato, as ações de fortalecimento institucional patrocinadas pelo próprio Programa envolvem a implementação de competências humanas, técnicas, organizacionais, de liderança, de articulação, assim como dos recursos físicos e materiais para as instituições acima mencionadas.

Nesse âmbito, o fortalecimento institucional logrou dentre outras coisas, estruturar a capacidade de resposta das instituições, aperfeiçoar sua auto-avaliação em relação às diferentes questões que envolvem seu desenvolvimento, o que torna importante manter esse

grupo sem se dispersar para poder manter a qualidade do trabalho a ser realizado e o cumprimento de prazos necessários.

Espera-se que a maioria dos alcances significativos do projeto sejam sustentados durante a vida econômica do projeto, pois foram incluídos elementos satisfatórios dirigidos a assegurar sua sustentabilidade financeira e institucional.

Classificação de Sustentabilidade (SU) :			
[] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)

VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados

Os indicadores de saúde podem ser acompanhados através da observação dos dados coletados no sistema de informações epidemiológicas do Ministério da Saúde e por meio de contrato da UGPI com empresa privada para executar coletas semestrais.

No caso das informações sobre número de pessoas afetadas por inundações e de casas localizadas em áreas precárias, elas podem ser colhidas no Sistema de Avaliação do Plano de Reassentamento.

Quanto aos indicadores ambientais da qualidade das águas nos igarapés, eles merecem uma atenção especial para verificar se estão sendo corretamente avaliados e se é conveniente adequar sua medição para espelhar com segurança as influências sobre eles exercidas pelas medidas e obras que fazem parte do Programa. O programa de monitoramento da qualidade da água merece uma revisão e estabelecimento de indicadores mais adequados.

Pode-se afirmar que, apesar de alguns problemas como acima indicado, os demais indicadores até hoje adotados servem como um bom balizamento para o seguimento do Programa.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

De acordo com a Cláusula 4.06 do Contrato de Empréstimo (Compilação de dados e relatório de avaliação *ex post*), o Mutuário disponibilizará ao Banco, no final do segundo ano, contado a partir da data do último desembolso dos recursos do Financiamento, os dados, indicadores e parâmetros referentes ao desempenho do Programa, bem como toda a correspondente documentação de base necessária para a futura realização da avaliação *ex post* sobre os resultados do Programa a ser realizada pelo Banco, se este julgar necessário.

Como o último desembolso do Programa está previsto para novembro de 2013, a entrega daqueles dados será realizada no quarto trimestre de 2015 e no decorrer de 2013 seria interessante o Banco estabelecer claramente com o GEA quais efeitos diretos e indicadores de desempenho serão monitorados, quem se encarregará desse monitoramento e consultar que tipo de suporte poderia ser necessário de sua parte para aquele governo na execução dessas tarefas e, eventualmente, da avaliação Ex Post, se esta for necessária.

VII. Lições Aprendidas

A execução do PROSAMIM I produziu várias lições que foram imediatamente incorporadas pela UGPI e pelas instituições participantes para a preparação do PROSAMIM II e que, eventualmente, poderão servir à preparação de outras operações semelhantes pelo Banco.

Entre essas lições destacam-se: i) boa dinâmica que se estabeleceu entre a apropriação de conhecimento que se logrou com o avanço dos estudos técnicos e a socialização destes conhecimentos com a comunidade e seus representantes; ii) a gestão compartilhada através

da participação do Conselho Consultivo, integrado por representantes da sociedade civil, que teve um rol relevante durante o desenho do projeto, dos Comitês de Representantes da Comunidade (CRC) com um representante por área de intervenção, e dos Grupos de Apoio Local (GAL) para definir os critérios e tipos de reassentamento; iii) criação de uma Comissão de Gerenciamento de Crises para lidar com temas não previstos; iv) participação da unidade ambiental na definição da necessidade e identificação das fontes de matéria prima (areia, pedra, etc.) gerando celeridade na obtenção das licenças necessárias; e v) diversificação das alternativas de reassentamento favorecendo os afetados que quiseram se mudar para outras cidades.

Em função daquelas lições foi recomendado que no PROSAMIM II fossem integradas e reforçadas as sub-coordenações ambiental e social; e que fosse ajustada a demanda familiar de habitação ao tamanho da residência para baixar seus custos. Adicionalmente, é flagrante que ao celebrar um contrato de Empréstimo com o BID a Unidade Executora deverá ser previamente capacitada, devendo se buscar mecanismos que garantam recursos para que o executor, logo após assinar contrato, possa dar início às ações para a implantação do Projeto e de capacitação da equipe.

As principais lições aprendidas na execução desses dois programas complementares (PROSAMIM I e II) que se destacam em primeiro lugar e que poderão ser aplicadas em programas que contemplem temas multidisciplinares como eles, são as vantagens de promover: 1) uma forte participação das comunidades beneficiárias em todas as fases do programa; 2) as atividades de capacitação da equipe de execução e das instituições parceiras de forma sistematizada, como elemento positivo chave para a boa execução e garantia da sustentabilidade dos investimentos; e 3) a implementação de acordos institucionais que mantenham um arranjo institucional amplo, envolvendo além da Unidade Gestora - UG, a participação das entidades federais, estaduais, municipais e organizações da sociedade civil em todas as suas fases para facilitar o relacionamento interinstitucional entre as entidades envolvidas, de modo que seja atingido o sucesso em sua implementação.

Ainda com relação ao primeiro ponto sobre a participação dos beneficiários, também se pode destacar como lições importantíssimas a necessidade de:

- Fortalecer e apoiar as lideranças comunitárias na sua legalização e na sua busca do acesso às políticas públicas (saúde, educação e cidadania), visando fortalecer o “empoderamento” da comunidade quanto ao endereçamento das demandas e também obter ajuda no andamento e a sustentabilidade do Programa, na busca de parcerias com instituições públicas; na busca da eventual inclusão em legislação de incentivos para sua própria sustentabilidade; e na disponibilização de espaço para funcionamento de associações representativas de moradores;
- Contribuir e encorajar a preparação das lideranças informais para representar os blocos na figura do Agente de Vizinhança, que tem que ter espírito de liderança, boa vontade e tempo disponível para execução de tarefas, de modo a despertar o sentimento de pertença e a motivação dos moradores para a formação da Associação de Moradores, o que contribui inclusive para a sustentabilidade futura do programa; e

○ Trazer para a execução do PROGRAMA membros do Comitê de Representantes da Comunidade - CRC e do Grupo de Apoio Local - GAL, escutar suas demandas e incorporá-las aos planos, pois essa gestão compartilhada tem reflexos positivos na melhor utilização dos recursos disponíveis e na interação com a comunidade. Ex: Melhor aproveitamento dos espaços comuns, a escolha mais adequada da localização e tipo de coletores dos resíduos sólidos, etc..

Um segundo rol de importantes lições aprendidas se refere a modos de superar alguns obstáculos que se apresentam durante a execução dos programas como a questão cambial, o incremento da população a ser remanejada na área de influência do Programa, inclusive por ocupação nas áreas de intervenção direta das obras, dificultando as ações e opções de reassentamento, e o aumento da área da envoltória, da qual deverão ser removidas as moradias e que deve ser aterrada e urbanizada, pois a densidade de ocupação pode levar a uma avaliação subestimada da superfície. Para sanar esses problemas é necessário:

- Manter uma gestão dos investimentos com foco na variação cambial e na inflação, simultaneamente considerando o orçamento em dólar e despesa em reais, porque é crucial cumprir o cronograma das aquisições constante no PA, o que exige um bom planejamento físico e financeiro das metas e ações pretendidas, para uma gestão eficiente do programa. Isso destaca a importância de estabelecer que o executor revise mensalmente as matrizes de projetos para determinar a necessidade de cortes ou aportes de recursos adicionais, evitando assim que metas fiquem incompletas;
- Dar especial atenção ao estabelecimento dos quantitativos que definem o espaço físico e a profundidade de atuação dos projetos, de modo a evitar surpresas com relação ao tamanho da área de intervenção e/ou da população na área de influência do programa, adotando somente projetos executivos para a contratação de obras e realizando uma melhor gestão no andamento e análise desses projetos, do que também resultará em melhoras no ritmo da execução e no controle de custos do projeto e de obras. Também a unificação das equipes de pré e pós reassentamento deverá possibilitar uma maior integração das informações e melhorar o processo de identificações junto aos beneficiários ao longo de todo processo;

Além do que está exposto acima, a partir de todas as lições aprendidas e registradas no PMR do programa por seus executores e das contribuições recolhidas junto aos beneficiários durante a realização do Seminário de Encerramento, cuja ata se encontra em anexo, pode-se afirmar que em programas desse tipo é, portanto, aconselhável:

- Criar uma Unidade Gestora – UG exclusiva para gerenciamento do Programa, de preferência vinculada diretamente ao escalão mais alto de decisão sobre as ações a ele relativas, pois isso proporciona mais agilidade e credibilidade às decisões tomadas e resulta em maior eficiência na gestão de Projetos multidisciplinares;
- Dar prioridade ao estudo e viabilização da implantação de um Sistema Integrado de Gestão, de Sistemas de Planejamento e Controle e de um Sistema de Gestão Ambiental (este para garantir a transversalidade social e ambiental entre os envolvidos na execução) como ferramentas essenciais, já na fase de negociação desses programas com financiamento externo;
- Manter uma presença contínua da fiscalização ambiental durante a execução do programa, para melhor monitoramento das atividades pelos órgãos ambientais, e a promoção das ações socioambientais no processo de reassentamento, momento de maior receptividade do público;
- Estabelecer uma estratégia de comunicação entre todas essas Entidades, incluindo reuniões periódicas, inclusive com a participação de representantes de associações de moradores, para fazer avaliações do avanço de execução do Programa e cumprimento das metas acordadas;
- Fortalecer as ações de comunicação e informação da UG e das entidades parceiras com o público sobre o Programa, com a utilização de instrumentos de comunicação dirigida (folhetos, banners, eventos, comunicação e consulta online etc.), desde a primeira ordem de serviço, para favorecer a aproximação e credibilidade do Programa, podendo evitar inclusive ações contra sua execução por parte da população ou Ministério Público;
- Estudar em profundidade a metodologia a ser adotada para monitoramento da qualidade das águas de igarapés para estabelecer indicadores físico químicos que tomem em conta a resiliência do ambiente, uma vez que o programa de monitoramento da qualidade da água do Prosamim II mostrou-se inadequado, não devendo ser aplicado nos próximos programas;
- Além de elaborar os orçamentos com as informações mais precisas disponíveis, neles devem ser considerados os custos de prováveis reajustes contratuais;
- Promover a participação do Setor de Engenharia nas oficinas de Reassentamento para prover explicação sobre projetos e obras para os beneficiários, de modo a evitar o mau uso e irregularidades nas Unidades Habitacionais;
- Prever e assegurar-se que as equipes de obra, engenharia e reassentamento estabeleçam e trabalhem seus cronogramas em sintonia;
- Levantar em consideração os aspectos climáticos regionais na implantação das quadras de esportes e áreas de lazer para otimizar seu uso;
- Realizar oficinas para a escolha das moradias, pois isso fortalece as unidades de vizinhança e o vínculo de cada família com a nova moradia, contribuindo para a

manutenção do tecido social nas áreas de intervenção, essencial para o sucesso do Programa. Essas iniciativas e o trabalho realizado no pós-ocupação em conjunto com as lideranças locais e a equipe social, ajudam a formar nova identidade territorial;

- Fazer gestão junto a Prefeitura para implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) para a coleta seletiva de lixo dentro dos residenciais;
- Dar destaque a presença do ESTADO nas áreas que vão sendo recuperadas pelo Programa, porque isso, na percepção dos moradores, interfere na diminuição da marginalidade;
- Por outro lado, sensibilizar a população local sobre a importância de sua atuação em prol de todos, como na manutenção das sinalizações de segurança da obra;
- Definir prazos e procedimentos de caráter financeiro para liberação e aplicação de recursos do financiamento em obras ou ações executadas por entidades parceiras, de acordo com as obrigações do Mutuário com o agente financiador.

ATA

SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2006/OC-BR PROSAMIM II

Manaus, 19 e 20 de setembro de 2013.

O Seminário de Encerramento do Contrato de Empréstimo 2006/OC-BR, do PROSAMIM II realizou-se nos dias 19 e 20 de setembro de 2013, no Hotel Da Vinci, situado a Rua Belo Horizonte, N.º 240 – Adrianópolis, Manaus, Amazonas, Brasil. O Contrato em questão foi assinado entre o Governo do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, assinado em Manaus, no dia 10 de novembro de 2008.

Compareceram ao evento 151 participantes, conforme lista de presença anexa, entre Especialistas e Consultores do BID, Técnicos da UGPI, membros do Governo do Estado do Amazonas, membros de universidades, representantes das comunidades afetadas pelo Programa, representantes das empresas gerenciadora, supervisora e empreiteira de obras do Programa e outros.

A Sra. Maria Eugênia, facilitadora da metodologia e consultora da UGPI, deu início cumprimentando a todos em nome do Vice-governador do Estado do Amazonas, Prof. José Melo, e em nome do Coordenador Executivo da UGPI, Sr. Frank Abrahim Lima.

A mesa foi composta por: Sr. Frank Abrahim Lima, Coordenador Executivo da Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM - UGPI; Sra. Cláudia Borges Nery, Especialista Setorial do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula, Diretor-Presidente da Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB; Sr. Luiz Eduardo Rabelo, Coordenador do Seminário e Subcoordenador Setorial de Engenharia da UGPI/PROSAMIM; Sr. Evandro Luiz Farias, Presidente da Associação dos Moradores do Parque Residencial Cachoeirinha.

O Sr. Frank Lima, ressaltou a importância do PROSAMIM para a cidade de Manaus e agradeceu a participação de todos, em especial a equipe da UGPI. Comentou ainda, que a realização do Seminário de Encerramento dos recursos do BID é um compromisso contratual.

Dando sequência, a Sra. Cláudia Nery, falou da oportunidade durante o Seminário de ser discutido com os afetados pelas intervenções do Programa, a forma com que foram implementados os recursos do financiamento, em especial em relação ao que funcionou bem, ao que não funcionou bem, ao que falta fazer, como garantir a sustentabilidade do que foi implantado e quais as principais lições aprendidas. Destacou que as respostas ajudarão a preparar novas operações de financiamento no Brasil e no exterior. Ressaltou que o que estão sendo encerrados são os recursos do financiamento e não o Programa. De acordo com os entendimentos mantidos com o Governo do Estado, as metas pactuadas requerem do Estado aporte de recursos adicionais e que o PROSAMIM II não se encerra com o Seminário. Agradeceu a todos e pede a contribuição dos participantes nos Grupos de Trabalhos.

O Sr. Evandro Farias, agradeceu o convite e a oportunidade de representar a comunidade.

A Sra. Maria Eugênia informou que a Agenda do primeiro dia vai até as 18h00, com as atividades nos Grupos de Trabalho – GT's, que contará com a participação de todos e enfatizou a importância dos registros de todas as contribuições. Além disso, destacou que as colaborações deverão considerar os aspectos da governabilidade e do escopo do Programa. Na sequência, apresentou a Metodologia do Seminário, destacou que o Seminário é de “escutatória”, pois o objetivo central é ouvir todos os atores envolvidos. Ressaltou que escutando a todos pode-se aperfeiçoar o processo. Na sequência apresentou os 5 (cinco) Grupos de Trabalho e como foram estruturados, sendo: GT1 Obras, GT2 Social, GT3 Ambiental, GT4 Institucional e GT5 Financeiro, seus componentes e suas respectivas salas.

Nesse momento, dá-se a chegada do Excelentíssimo Sr. José Melo, Vice-Governador do Estado do Amazonas, que cumprimentou a todos que estavam à mesa e iniciou a sua fala. Discorreu sobre a economia do Estado do Amazonas, o período da borracha, o advento da Zona Franca como modelo, a verticalização da indústria e as necessidades de se preservar a floresta. Destacou o trabalho de prorrogar a Zona Franca por mais 50 anos e a extensão dos benefícios para a Região Metropolitana de Manaus, que concentra mais de 60% da população do Estado, e falou de outro momento econômico mais atual que é a cubagem de gás no Estado. Comentou sobre as novas descobertas de petróleo na bacia do município de Tefé, enfatizou que no Amazonas está a maior mina de potássio da América Latina e lembrou do potencial do Estado na indústria de cosméticos. Após ressaltar a importância da Universidade Estadual como criadora de massa crítica, destacou a necessidade de se preparar a cidade para as mudanças, dando às famílias que viviam em condições precárias um local digno, transformando as áreas em que antes tinham palafitas em cartão postal. Foi nesse contexto que surgiu o PROSAMIM, na atualidade em sua etapa II; falou da importância do BID enquanto órgão financiador e parceiro do Programa e declarou aberto oficialmente o Seminário de Encerramento do Contrato 2006/OC-BR.

A Sra. Maria Eugênia desfez a mesa e deu continuidade à agenda concluindo a explicação sobre a Metodologia para posterior apresentação do Vídeo Institucional sobre o Programa PROSAMIM II. Apresentou os profissionais acadêmicos do evento, os consultores: Antônio Holtz, Cláudia Nery, Cláudia Veiga, Fernanda Caribé e Lúcio Rabelo. Informou as perguntas que nortearão os GT's: 1. O que funcionou bem; 2. O que não funcionou bem; 3. Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado, o que precisa; 4. O que falta fazer e 5. Quais as principais lições aprendidas. Destacou também o tempo de duração de cada rodada nos grupos.

Após as explicações foi apresentado o Vídeo Institucional.

Na sequência o Sr. Luiz Eduardo Rabelo, Coordenador do Seminário e Subcoordenador Setorial de Engenharia/UGPI/PROSAMIM, fez a apresentação de um resumo da Visão Geral do Programa, contexto, objetivos, componentes (1. Melhoria Ambiental Urbanística e Habitacional e 2. Sustentabilidade Social e Institucional), articulação institucional, criação da UGPI e sua estrutura Organizacional, área de intervenção – Bacia dos Educandos/Quarenta, os recursos para os investimentos do Programa, metas físicas e financeiras e principais resultados do PROSAMIM II.

Dando prosseguimento às atividades, após o intervalo, os participantes foram direcionados às salas para os Grupos de Trabalho, que foram divididos nos cinco temas de análise do PROSAMIM II, tendo como apresentadores integrantes das Subcoordenadoria Setorial da UGPI, a saber:

- GT1 – OBRAS: Sra. Reny Moita Porto - Apresentadora/Coordenadora, Sr. Amilton Freire – Consultor do BID;
- GT2 – SOCIAL: Sra. Bárbara dos Santos – Apresentadora e Sra. Marisa Teixeira – Consultora do BID;
- GT3 – AMBIENTAL: Sra. Fabíola Borges – Apresentadora, e Sr. Fernando Galli – Consultor do BID;
- GT4 – INSTITUCIONAL: Sra. Cherry Lane Batista – Apresentadora, e o Sr. Ricardo Pinheiro – Consultor do BID; e
- GT5 – FINANCEIRO: Sra. Rosilene Bezerra da Silva – Apresentadora, e a Sra. Mônica Merlo – Especialista Financeira do BID.

Cada grupo, além de um apresentador-relator, um coordenador e um secretário, contou com aproximadamente 25 participantes inscritos durante a fase de credenciamento do evento. Em cada grupo foram iniciados os trabalhos conforme a metodologia e foram feitas as auto apresentações dos participantes.

Os GTs foram subdivididos em 05 (cinco) subgrupos tendo cada um, durante determinado tempo, a responsabilidade de responder à pergunta apresentada em sua estação antes de passar para a próxima: 1 – O que funcionou bem? 2 – O que não funcionou bem? 3 – Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado? O que precisa? 4 – O que falta fazer? 5 – Quais as principais lições aprendidas?

As 13h00, houve um intervalo para o almoço e as secretárias dos grupos deram início à consolidação dos resultados para posterior debate e análise dos participantes.

As atividades foram retomadas as 14h00 para a conclusão dos debates, sistematização das contribuições e preparação dos resultados de cada subgrupo. As 16h45, após o *coffee break*, teve início a reunião pré-plenária, para discussão dos resultados do GT com todos os participantes do grupo, que foi concluída uma hora depois de seu início. O último grupo encerrou suas atividades as 18h00, os participantes foram liberados e convidados a retornarem no dia seguinte para o debate final, síntese dos resultados da plenária geral e encerramento do seminário. Em seguida deu-se início à fase de trabalho interno entre os GTs, que se estendeu até as 22h00, momento em que todos os responsáveis pelos grupos se reuniram para verificar as contribuições dadas pelos participantes e ajustar a pertinência e o endereçamento correto das contribuições oferecidas.

No segundo dia do Seminário (20/09/13), pela manhã, no período entre as 08h00 e 12h00, foi dada continuidade às atividades internas entre os GTs, juntamente com o Coordenador do Seminário, os consultores de apoio e os representantes do BID, de verificação dos subsídios dos participantes dos Subgrupos para os ajuste finais e direcionamento do assunto aos grupos pertinentes.

As atividades tiveram início as 14h00 com a Sra Maria Eugênia dando as boas-vindas, seguida pelo Sr Luiz Eduardo que fez um resumo das atividades desenvolvidas na noite do dia anterior e na manhã desse segundo dia de Seminário.

Os grupos apresentaram em plenária todas as contribuições compiladas e foi dada a oportunidade de que os participantes de outros grupos também pudessem contribuir com suas opiniões e tirar eventuais dúvidas. Após os ajustes são as seguintes as conclusões do Seminário:

1. O QUE FUNCIONOU BEM?

- 1.1** Utilização da base de dados hidrológicos desenvolvida pelo PROSAMIM nos projetos de macro e micro drenagem, propiciando dados confiáveis para o desenvolvimento destes projetos;
- 1.2** Projetos de Urbanização, considerando Parques Urbanos nas áreas de intervenção;
- 1.3** Aproveitamento de solo criado para implantação de Unidades Habitacionais;
- 1.4** Uso de Tecnologias de Construção apropriadas, possibilitando menores custos e maior sustentabilidade das obras;
- 1.5** Explanação dos projetos habitacionais e urbanísticos nas oficinas de Reassentamento, interação junto a equipe Social, possibilitando melhor utilização das obras;
- 1.6** A integração da equipe multidisciplinar da UGPI facilitando a implantação das obras;
- 1.7** Construção do Prédio de Apoio a Implantação e Sustentabilidade do Programa;
- 1.8** Utilização das políticas de aquisições do BID para contratação das obras, agilizando os processos licitatórios e possibilitando maior competitividade;
- 1.9** Utilização de empresas de consultoria para Supervisão das Obras;
- 1.10** A atuação proativa da empresa Construtora, apesar das dificuldades inerentes das áreas de implantação das obras;
- 1.11** Participação do GAL como grupo de apoio ao desenvolvimento da obra;
- 1.12** Acesso ao saneamento e ao fornecimento de energia legalizados aos reassentados;
- 1.13** Construção dos espaços para recreação e lazer;
- 1.14** Criação de acesso sobre os Igarapés interligando os Bairros;
- 1.15** Modelo do reassentamento aplicado: Estratégias utilizadas, modelo de gestão e oferta de soluções diversificadas (unidade habitacional, casa do Programa Minha Casa Minha Vida, cheque moradia, bônus e indenização). Proporcionando autonomia à população beneficiada;
- 1.16** O reassentamento das famílias nos Parques Residenciais, proporcionando moradias em áreas urbanizadas com ambiente amplo e arejado;
- 1.17** O envolvimento contínuo das lideranças em todas as fases do Programa;
- 1.18** A realização de cursos de capacitação para geração de renda;
- 1.19** A mobilização dos moradores para protagonizar as instâncias de participação pós-ocupação: agente de vizinhança;
- 1.20** A participação dos moradores no processo de organização da comunidade: formação das associações de moradores;
- 1.21** A realização de campanhas socioambientais nos parques residenciais e nas escolas das áreas do entorno da obra durante o processo de pré-reassentamento;
- 1.22** A participação e organização de grupos de moradores das áreas de pré e pós-reassentamento como: CRC, GAL e AGENTES DE VIZINHANÇA;
- 1.23** Articulação institucional em prol dos objetivos do Programa (habilidades da gestão compartilhada);

- 1.24** O cadastro e o controle dos processos administrativos do reassentamento evitando ações oportunistas;
- 1.25** O modelo construtivo e a forma de implantação dos parques residenciais favorecem a sensação de privacidade e segurança dando identidade aos mesmos;
- 1.26** O programa fornece uma moradia legalizada, um endereço formal dentro do tecido social da cidade. Segurança da propriedade no endereço formal;
- 1.27** A parceria com SEBRAE, SENAC, SESC, SESI, IFAM e CETAM nas ações de capacitação das famílias atendidas pelo programa;
- 1.28** O envolvimento da população no entorno das obras através do CRC e GAL;
- 1.29** A oferta de moradias em solo criado, priorizando a permanência das pessoas na própria comunidade;
- 1.30** Parceria da empresa construtora na qualificação e contratação de mão de obra local para a realização das obras gerando emprego e renda para as famílias direta e indiretamente afetadas pelas obras;
- 1.31** A prioridade política mantida pelo governo do Estado durante toda a execução;
- 1.32** A interação entre o PROSAMIM e os Órgãos convenientes;
- 1.33** O Impacto Ambiental Mitigado;
- 1.34** A transversalidade do tema Ambiental tanto dentro da UGPI quanto na comunidade;
- 1.35** O bom relacionamento com o BID, buscando melhorias para um bom desempenho do componente;
- 1.36** Cumprimento das condicionantes do Licenciamento Ambiental;
- 1.37** O respeito à hidrodinâmica dos corpos hídricos da região na elaboração dos projetos;
- 1.38** A execução dos Planos de Controle Ambiental de Obras e Gestão Ambiental trouxe benefícios para o Programa;
- 1.39** O acesso das pessoas reassentadas ao saneamento básico (Abastecimento de água, redes de drenagem, coleta de esgoto sanitário e coleta e transporte dos resíduos sólidos);
- 1.40** A prioridade política mantida pelo Governo do Estado durante toda a execução do Programa;
- 1.41** Os eventos realizados, tanto com o público interno quanto com o público externo, tais como: seminários, oficinas, treinamentos e capacitação;
- 1.42** O relacionamento com o BID, implicando em melhorias para um bom desempenho do componente;
- 1.43** A interação realizada entre a UGPI, a SEDUC e a SEMED, voltada para assegurar vagas dos alunos de famílias reassentadas em Escolas próximas da nova moradia;
- 1.44** A parceria realizada entre a UGPI e o Subcomando de Ações de Defesa Civil (SUBCOMADEC), a favor da população em decorrência de fenômenos da natureza (enchente) ocorridos na região;
- 1.45** A interação entre o PROSAMIM e os Órgãos convenientes;
- 1.46** A parceria realizada entre a UGPI e o IBAM, a SEMULSP e a Prefeitura de Manaus, para cumprimento da Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- 1.47** O bom entendimento entre o PROSAMIM/UGPI com os diversos órgãos: federais, estaduais e municipais;

- 1.48** O intercâmbio de informações tecnológicas com Amazonas Energia, Manaus Ambiental, PMM e SEMINF;
- 1.49** Realização de estudos visando a determinação da tarifa social para a ARSAM;
- 1.50** Criação do Escritório de apoio a implantação e Sustentabilidade do Programa proporcionando uma boa interação entre os colaboradores e facilitando o acesso da comunidade.
- 1.51** Autonomia orçamentária, financeira e administrativa da UGPI (órgão da administração direta do Estado, ligada diretamente ao gabinete do Governador – Lei Delegada 69, de 18/05/07);
- 1.52** Apoio de uma empresa consultora no gerenciamento do Programa;
- 1.53** Criação de contas correntes segregadas para movimentação dos recursos, por fonte, proporcionando o adequado controle dos recursos;
- 1.54** Regra de conversão para equivalência na moeda do Financiamento;
- 1.55** Cumprimento de cláusulas contratuais do Empréstimo;
- 1.56** Liberação oportuna dos recursos por parte do BID;
- 1.57** A implantação do módulo de Gestão Financeira do SIGPRO e a integração dos Sistemas AFI-SIGPRO-SICOP;
- 1.58** Liberação integral do recurso orçamentário e financeiro em cada destaque;
- 1.59** Auditoria anual durante toda a execução do Programa; e
- 1.60** Participação de grupos multidisciplinares na implantação inicial do SIGPRO envolvendo toda a UGPI.

2. O QUE NÃO FUNCIONOU BEM?

- 2.1.** Contratação das Obras a partir dos Projetos Básicos: Orçamentos;
- 2.2.** Definição imprecisa da envoltória de reassentamento na fase de execução das obras, ocasionando atraso nas obras e acréscimo nos seus custos;
- 2.3.** O cumprimento dos prazos de execução das obras, gerando custos financeiros adicionais;
- 2.4.** O recebimento das Obras, pelos órgãos públicos competentes, ocasionando retrabalhos e custos de manutenção não previstos;
- 2.5.** O cumprimento do cronograma de reassentamento para a liberação de frente de obra causou atraso na sua execução;
- 2.6.** O compromisso da população afetada pelo reassentamento em não utilizar os materiais provenientes da edificação a ser demolida;
- 2.7.** A disposição dos postes de energia da rede ficaram muito próximos das edificações remanescentes na área do Quarenta, Rua Odilon;
- 2.8.** Realização de atividades fora do espaço geográfico dos parques residenciais;
- 2.9.** A retirada emergencial de famílias sem implantação de obras imediatas;
- 2.10.** A demora na formalização e o pagamento de forma irregular (atrasos) da Bolsa Moradia Transitória, desestimulando a opção por Unidade Habitacional durante o processo de construção;
- 2.11.** O acompanhamento social das famílias que fizeram opção pelo CHEQUE MORADIA em virtude da resistência de algumas famílias em fornecer o novo endereço;

- 2.12.** A comunicação entre os setores social da SUHAB e UGPI, além da engenharia e jurídico dos Escritórios - ELOS;
- 2.13.** O programa de monitoramento da qualidade da água do Programa;
- 2.14.** A descontínua liberação de área para obra gerou impactos de vizinhança;
- 2.15.** O monitoramento das áreas desocupadas pelo Programa com objetivo de evitar reocupações;
- 2.16.** A cobertura do residencial (Gilberto Mestrinho) (OBRAS);
- 2.17.** A execução adequada do projeto de revegetação/rearborização das margens e comprometimento da eficiência ambiental e paisagística;
- 2.18.** A execução dos Projetos constantes nos Planos de Fortalecimento Institucional (PFIs), em razão das dificuldades encontradas para o cumprimento do Cronograma de aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito do Programa;
- 2.19.** A retirada emergencial de famílias em áreas de riscos nas cheias recorde de 2009 e 2012, ocasionando novas ocupações e a necessidade de articulação com órgãos convenientes;
- 2.20.** O acompanhamento/monitoramento na execução de convênios com as diversas entidades envolvidas no Programa;
- 2.21.** A entrega dos serviços/obras, realizados pela UGPI para os órgãos competentes, tais como: Parques urbanos e residenciais;
- 2.22.** O cumprimento do cronograma de aquisições de bens e serviços no âmbito do Programa, ocasionando atrasos na execução do Plano de Aquisições;
- 2.23.** O antigo sistema de gestão utilizado pela UGPI, no início do PROSAMIM II; e
- 2.24.** A elaboração do orçamento do programa sem considerar verba para reajustamento de contratos previstos em lei e incompatibilidade entre metas físicas previstas.

3. COMO GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO QUE FOI IMPLANTADO? O QUE PRECISA?

- 3.1.** Comprometimento geral de todas as esferas públicas e privadas envolvidas para garantir a boa utilização e preservação das obras implantadas;
- 3.2.** Conectar as edificações previstas, ao sistema de esgotamento sanitário implantado proporcionando sustentabilidade das obras executadas;
- 3.3.** Projetos de iniciativa sustentável como reutilização de materiais possíveis de reaplicação para os locais de intervenção;
- 3.4.** Infraestrutura básica (comercio);
- 3.5.** Desenvolvimento urbano integrado;
- 3.6.** Cumprir parâmetros urbanísticos (ex: áreas verdes, áreas institucionais);
- 3.7.** Sensibilizar as lideranças e prepará-las para o associativismo;
- 3.8.** Planejar a implantação de uma base de atividades em cada Parque Residencial e assegurar que, depois de concluída a intervenção do Programa, esta seja repassada para a comunidade;
- 3.9.** Efetivar as bases de atividades antes da ocupação do parque;
- 3.10.** Assegurar mecanismos para garantir a participação dos beneficiários nos cursos de capacitação;
- 3.11.** Contribuir para a consolidação das associações nas quadras bairro;
- 3.12.** Intensificar as ações de "empoderamento" das famílias para o conhecimento da rede socioassistencial de educação, saúde e infraestrutura;

- 3.13.** Ampliar o acesso aos programas sociais (Brasil sem miséria) atendendo às demandas dos moradores locais;
- 3.14.** Apoiar as parcerias para continuidade da capacitação profissional dos reassentados até 2016;
- 3.15.** Continuidade e melhoria da educação ambiental quanto à disposição de resíduos;
- 3.16.** Fortalecer as oficinas de cunho social para convivência pacífica entre moradores e usuários soltadores de pipas que depredam os parques residenciais;
- 3.17.** Promover campanhas de divulgação das obras implantadas bem como do uso e conservação das mesmas;
- 3.18.** Incentivar a criação de Alianças Público Privada para manutenção das áreas de parques e praças;
- 3.19.** Fazer gestão junto aos órgãos competentes para adequação do marco legal para tratamento e destinação final do esgoto sanitário na cidade de Manaus (Carta de Manaus);
- 3.20.** Continuar apoiando as ações de educação ambiental e sanitária;
- 3.21.** Intensificar o relacionamento com as entidades de pesquisa para estudos nas áreas do Programa;
- 3.22.** Apoiar a revisão e implementação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos - PDRS;
- 3.23.** Gestões junto ao IPAAM para divulgação dos resultados da implementação do Plano de Controle da Contaminação Industrial – PCCI;
- 3.24.** Fazer gestão junto a SEMMAS para a inclusão do PROSAMIM no roteiro socioambiental na escola itinerante de meio ambiente;
- 3.25.** Na vigência do Contrato de Empréstimo manter o acompanhamento do uso adequado dos equipamentos e dos serviços disponibilizados pelo PROSAMIM;
- 3.26.** Apoiar parcerias para a continuidade da capacitação profissional dos reassentados até 2016;
- 3.27.** Manter a cooperação que foi implementada com os diversos órgãos parceiros;
- 3.28.** Apoiar a elaboração de projetos para a obtenção de recursos que forem necessários a sustentabilidade do Programa;
- 3.29.** Fazer gestão junto aos órgãos estaduais e municipais para que em suas áreas de competência viabilizem a construção de equipamentos sociais nas áreas disponibilizadas para o Programa, tais como: creches, clube de mães, associações de moradores e médico da família;
- 3.30.** Garantir a permanência da equipe de colaboradores até a plena aplicação dos US\$ 60,4 milhões (dez/2014); e
- 3.31.** Assegurar o aporte adicional dos US\$ 60,4 milhões, por meio do PROINFRA (Operação de crédito com o Banco do Brasil).

4. O QUE FALTA FAZER?

- 4.1.** Concluir a Remoção das edificações nas áreas de intervenção direta das obras;
- 4.2.** Definição do sistema de tratamento e destino final dos esgotos;
- 4.3.** Concluir as Obras Projetadas / Previstas do Programa;
- 4.4.** Macrodrenagem e Viário do Igarapé do Quarenta – trecho da SEDUC até a Av. Maués;
- 4.5.** Quadra Bairro do Igarapé do Cajual;
- 4.6.** Quadra Bairro do Igarapé da Liberdade;

- 4.7.** Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário (Redes Coletoras, Interceptores, Estações Elevatórias e Linhas de Recalque);
- 4.8.** Asfaltamento da rua próxima a quadra bairro cachoeirinha – rua nova;
- 4.9.** A participação da equipe de engenharia nas reuniões da área social para transmitir informação detalhada a respeito do projeto, tais como: o que vai ser executado? Onde? Quando começa e vai ser entregue?;
- 4.10.** A comunicação entre o programa e a sociedade quanto a integração do novo sistema viário ao plano de mobilidade da região de intervenção;
- 4.11.** Integração do plano diretor municipal urbano aos projetos do PROSAMIM;
- 4.12.** Assegurar espaços para a implantação de Bases de Atividades nos Parques Residenciais, para o acompanhamento das famílias nas atividades de pós-ocupação;
- 4.13.** Concluir o reassentamento das 986 famílias e operacionalizar a entrega do Parque Residencial do Cajual e Liberdade;
- 4.14.** Liberar áreas congeladas após o cadastro que não mais serão necessárias para intervenção de obras, bem como das famílias cadastradas;
- 4.15.** Preparar agentes de vizinhança, visando apoiar a formação das associações de moradores dos Parques Cajual e Liberdade;
- 4.16.** Aumentar a quantidade de coletores de lixo no Parque Residencial Cachoeirinha e no Parque Residencial Gilberto Mestrinho. Adotar o modelo de coletores iguais aos do Parque Residencial Mestre Chico;
- 4.17.** Promover a oportunidade de escolha para definir o nome da quadra bairro do igarapé da Cachoeirinha (ainda não inaugurado);
- 4.18.** Sistematizar a indenização para reposição da atividade econômica não regularizada (BID/UGPI);
- 4.19.** Fortalecer as ações de reposição física das atividades econômicas próximo aos parques residenciais;
- 4.20.** Estudar alternativa para regularização do uso misto das Unidades Habitacionais;
- 4.21.** Dar continuidade à campanha de orçamento doméstico junto às famílias reassentadas. Fortalecer os programas de sensibilização em educação ambiental e etiqueta urbana;
- 4.22.** O cumprimento das sanções previstas em lei aos moradores que comercializaram as unidades habitacionais;
- 4.23.** Fazer gestão junto a Prefeitura para implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) para a coleta seletiva dentro dos residenciais;
- 4.24.** Apoiar ações para a interligação intradomiciliar de esgoto;
- 4.25.** Obter Licença de Operação – LO para obras do PROGRAMA;
- 4.26.** Sensibilizar a população local sobre a importância da manutenção das sinalizações de segurança da obra;
- 4.27.** Estabelecer novos convênios de cooperação técnica e fortalecimento institucional no âmbito do PROSAMIM III, cuja abrangência contemple a área do PROSAMIM II;
- 4.28.** Concluir a execução do Plano de Ação para a Entrega das Obras Construídas pelo Programa;
- 4.29.** Atualizar e implementar o Plano de Comunicação do PROSAMIM ao público interno e externo;

- 4.30.** No prazo estabelecido no contrato de empréstimo, acompanhar a manutenção dos equipamentos públicos (praças, parques residenciais e urbanos, boxes e etc.) e elaborar os respectivos Relatórios de Manutenção;
- 4.31.** Elaborar e submeter ao Banco o último pedido de Desembolso Programa – modalidade Reembolso de Despesas;
- 4.32.** Submeter à SEAIN a Estratégia de Encerramento do PROGRAMA incluindo recursos adicionais de US\$ 60,4 milhões;
- 4.33.** Fazer a gestão junto à SEAIN para obtenção da recomendação do incremento dos US\$ 60,4 milhões de contrapartida;
- 4.34.** Apresentar ao Banco a documentação para elaboração do aditivo com a incorporação da Contrapartida Adicional;
- 4.35.** Apresentar ao Banco semestralmente relatório específico demonstrando a implementação dos avanços físicos e dos recursos até a totalidade da contrapartida;
- 4.36.** Apresentar, ao Banco, Relatório de Auditoria/2013 e da utilização dos recursos adicionais de Contrapartida Local até 2014.

5. QUAIS AS PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS?

- 5.1.** A importância da criação de uma Unidade Gerenciadora do Programa, nos moldes da UGPI, vinculada diretamente ao gabinete de governo - conseguindo envolver todos os participantes na sua execução → conferiu agilidade e credibilidade às decisões tomadas;
- 5.2.** A Participação do Setor de Engenharia nas oficinas de Reassentamento – explicação sobre projetos e obras para os beneficiários → evita mau uso e irregularidades nas UH's;
- 5.3.** O suporte técnico do BID na aplicação de suas políticas, devem orientar no futuro, novos empreendimentos semelhantes ao PROSAMIM;
- 5.4.** A necessidade de levar em consideração os aspectos climáticos regionais na implantação das quadras de esportes e áreas de lazer;
- 5.5.** Sustentabilidade: A preparação das lideranças informais para representar os blocos na figura do Agente de Vizinhança, desperta o sentimento de pertença e motiva os moradores para a formação da Associação de Moradores;
- 5.6.** Líderes comunitários bem preparados garantem o acesso às políticas públicas (saúde, educação e cidadania), visando fortalecer o “empoderamento” da comunidade quanto ao endereçamento das demandas;
- 5.7.** O agente de vizinhança tem que ter espírito de liderança, boa vontade e tempo disponível para execução de tarefas;
- 5.8.** A realização de oficinas para a escolha da moradia fortalece as unidades de vizinhança e o vínculo com a nova moradia;
- 5.9.** Gestão Compartilhada: Trazer para a execução do PROGRAMA representantes da comunidade CRC e GAL, escutar suas demandas e incorporá-las aos planos, tem reflexos positivos na melhor utilização dos recursos disponíveis. Ex: Melhor aproveitamento dos espaços comuns, escolha mais adequada da localização e tipo de coletores dos resíduos sólidos etc;
- 5.10.** Aprendemos a importância da interação do GAL e CRC com o Programa e com a comunidade;

- 5.11. Otimização da Equipe: Os resultados foram mais exitosos junto às famílias acompanhadas pela mesma equipe;
- 5.12. O vínculo constituído entre equipe e comunidade fortalece os laços de confiança estabelecidos durante todo o processo de reassentamento;
- 5.13. Unificar as equipes de pré e pós-reassentamento possibilitou maior integração das informações junto ao beneficiário ao longo de todo processo;
- 5.14. As equipes de obra, engenharia e reassentamento devem trabalhar seus cronogramas em sintonia;
- 5.15. O trabalho realizado no pós-ocupação em conjunto com as lideranças locais e a equipe social, ajuda a formar nova identidade territorial;
- 5.16. A presença do ESTADO nas áreas já recuperadas pelo Programa na percepção de alguns moradores, interferiu na diminuição da marginalidade;
- 5.17. A manutenção do tecido social nas áreas de intervenção, contribui para o sucesso do Programa;
- 5.18. Fazer gestão junto a Prefeitura para implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) para a coleta seletiva dentro dos residenciais;
- 5.19. Apoiar ações para a interligação intradomiciliar de esgoto;
- 5.20. Obter Licença de Operação – LO para obras do PROGRAMA;
- 5.21. Sensibilizar a população local sobre a importância da manutenção das sinalizações de segurança da obra;
- 5.22. Não iniciar um Programa sem um sistema de gerenciamento Ambiental – SGA para garantir a transversalidade social e ambiental entre todos os envolvidos na execução do PROSAMIM;
- 5.23. O programa de monitoramento da qualidade de água mostrou-se inadequada não devendo ser aplicado nos próximos programas;
- 5.24. O fortalecimento da equipe e das instituições parceiras contribuiu para a execução do Programa;
- 5.25. Utilizar instrumentos de comunicação dirigida (folhetos, banners, eventos e etc.) favorece a aproximação e credibilidade do Programa;
- 5.26. Um arranjo institucional envolvendo a participação de entidades federais, estaduais e municipais e organizações da sociedade civil em todas as suas fases, contribui com o sucesso do Programa;
- 5.27. Criar uma Unidade Gestora exclusiva para gerenciamento do Programa proporciona maior eficiência na gestão de Projetos multidisciplinares;
- 5.28. O orçamento deve ser elaborado com informações precisas considerando os custos de prováveis reajustes contratuais;
- 5.29. É mais eficaz ter um sistema integrado de gestão do Programa antes do seu início;
- 5.30. Manter uma gestão dos investimentos com foco na variação cambial e na inflação, simultaneamente;
- 5.31. É necessário agilizar os processos de aquisições de bens e contratação de serviços no âmbito do Programa; e
- 5.32. Definir prazos e procedimentos de caráter financeiro para liberação e aplicação de recursos do financiamento executados por entidades parceiras, de acordo com as obrigações do Mutuário com o agente financiador.

Após o término das apresentações dos Grupos de Trabalho a Sra. Maria Eugênia solicitou ao consultor Ricardo Pinheiro que explicasse a tratativa com todas as considerações e resultados desse Seminário pelo BID.

A Sra. Maria Eugênia convidou então o Sr. Areolino Santana, morador do Igarapé do Mestre Chico, para apresentar um poema, que segue anexo a este documento, feito por ele durante o evento. Após a apresentação do Sr. Areolino, que foi bastante aplaudida e elogiada por todos.

Logo após foi formada a mesa para a finalização do Seminário composta pelo Sr. Frank Abrahim Lima – Coordenador Executivo da UGPI, Sra. Fernanda Caribé – representando o BID, Sra. Maria Lúcia – representante dos moradores do Parque Residencial Cachoeirinha, e Sr. Luiz Eduardo Rabelo – Coordenador deste Seminário.

O Sr. Luiz Eduardo agradeceu o empenho de toda equipe na preparação e execução do Seminário. A Sra. Fernanda Caribé, agradeceu o Governo do Estado pelo empenho na execução do Programa, enfatizou que o Seminário é um dos itens para que o Programa possa ser encerrado oficialmente pelo BID e que a documentação completa será publicada o mais rápido possível no site do Banco após os trâmites de aprovação, elogiou e agradeceu o trabalho da equipe que organizou e realizou o Seminário. O Sr. Frank Lima agradeceu a participação de todos, agradeceu também a dedicação e empenho dos consultores e colaboradores, do coordenador do Seminário e a Sra. Maria Lúcia registrou sua satisfação com o modo como o evento foi conduzido pelos envolvidos.

Foi dada a oportunidade para que a plateia pudesse se manifestar, acontecendo em seguida os agradecimentos por parte Sra. Reny Moita, em seguida o Sr. Valdir Brito, na sequência a Sra. Tereza Souto, logo após o Sr. Paulo de Tarso Pinheiro Machado, representando a empresa gerenciadora do Programa PRODOEST (Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins), bem como a Sra. Lídia representante do Governo do Estado do Tocantins, e concluindo a Sra. Jane Crespo.

A Sra. Maria Eugênia, então, informou que os certificados e informativos do PROSAMIM II já estavam disponíveis para o público e encerrou oficialmente o evento para o público externo e anuncia a apresentação do coral PROSAMIRIM, formado por crianças moradoras do Parque Residencial Cachoeirinha, onde segue anexa mídia contendo a apresentação.

Nada mais a tratar, foi lavrada por nós, Reny Moita Porto e Alessandra Fernandes da Rocha, Secretárias Gerais do evento, a presente ata.

Manaus, 20 de setembro de 2013.

Original Assinado

FRANK ABRAHIM LIMA
Coordenador Executivo da UGPI

Original Assinado

CLÁUDIA BORGES NERY
Especialista em Saneamento do BID

ANEXOS:

[Convite](#)

[Agenda - Folder e Programação](#)

[Lista de Participantes](#)

[Video do Programa](#)

[Apresentação Geral](#)

[Composição dos Grupos de Trabalho](#)

[Apresentações dos Grupos de Trabalho](#)

[Apresentação Coral Prosamirim](#)

[Resultados Específicos por Grupos de Trabalho](#)

[Repente do Senhor Areolino Santana](#)

[Certificado](#)

[Ata Original Assinada](#)

ANEXO 2 - Avaliação do Desempenho do Banco pelo Mutuário

Desempenho do Banco durante a Preparação do Projeto

Durante toda a preparação do Projeto, o Banco orientou de forma muito satisfatória a UGPI, ajudando-a na preparação e treinamento de seu pessoal, propondo alternativas técnicas e operacionais adequadas de forma rápida e satisfatória, bem como sugerindo instrumentos eficazes que embasaram o caminho para o sucesso do PROSAMIM II. Como resultado disso, a UGPI consolidou seus conhecimentos com vistas a atender às demandas de serviços inerentes à contratação, implementação e gestão de operações com o Banco, notadamente quanto ao cumprimento dos seus critérios técnicos de elegibilidade dos projetos e de suas políticas e normas.

Desempenho do Banco na Execução do Projeto

Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: o banco que facilitou o desenho do projeto, propôs soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e respondeu com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento). Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para a Agência Executora, tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto:

[x] Muito Satisfatório (MS) [] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I)
[] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

O Banco, que apoiou a UGPI desde a preparação e durante a supervisão do Projeto, permitindo e promovendo ações de capacitação das equipes em temas gerais e específicos de forma sistematizada, teve na atuação da sua equipe um aspecto fundamental para o aprimoramento da parceria entre BID e o Programa promovido pelo GEA.

O resultado dessa parceria, no acompanhamento do Programa no seu “pari passu”, resultou no êxito e na boa consecução dos objetivos propostos na implementação do Programa, onde sistematicamente atuaram em conjunto procurando soluções, visando minimizar as dificuldades encontradas na condução da operação. Também se avalia positivamente a flexibilidade demonstrada pelo Banco quando da realização das escolhas dos caminhos a serem seguidos e das obras a serem reconhecidas como contrapartidas, particularmente na preparação da proposta de aumento do novo orçamento do PROSAMIM II que contempla seu término em 2014.

Desta forma, acredita-se que os esforços despendidos pelo BID e pela UGPI, nos papéis de Banco e Mutuário, somaram-se para o sucesso da conclusão satisfatória do Programa e presume para ambos um compromisso de transparência e parceria na continuidade da qualidade dos serviços prestados como Banco e Mutuário nas novas fases do programa que estão em execução.

Assim sendo, a UGPI agradece ao Banco o apoio técnico, financeiro, operacional e o aprendizado, a dedicação de toda a sua equipe, em particular o empenho da Especialista Setorial Cláudia Nery.

Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco

Comentários adicionais/ sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro.

O fato de o Banco ter mantido, por período elevado de tempo, atuando no Programa um mesmo especialista responsável pela sua condução, foi extremamente positivo. Sugere-se que essa política seja mantida para outras fases do programa.